

Sheila Stolz
Clarice Pires Marques
Carlos Alexandre M. Marques
(Organizadores)



Manual de Educação em e para os
Direitos Humanos

Disciplinas Instrumentais

*Cadernos de Educação em e para os
Direitos Humanos*

Disciplinas Instrumentais



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

EXPEDIENTE

Reitora

CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS

Vice-Reitor

DANILO GIROLDO

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

ANGÉLICA DA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

MOZART TAVARES MARTINS FILHO

Pró-Reitor de Infraestrutura

MARCOS ANTÔNIO SATTE DE AMARANTE

Pró-Reitora de Graduação

DENISE MARIA VARELLA MARTINEZ

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

VILMAR ALVES PEREIRA

Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

CLAUDIO PAZ DE LIMA

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDNEI GILBERTO PRIMEL

Diretora da Secretaria de Educação a Distância

IVETE MARTINS PINTO

EDITORA DA FURG

Coordenador Editora, Livraria e Gráfica

JOÃO RAIMUNDO BALANSIN

Chefe Divisão de Editoração

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

FACULDADE DE DIREITO – FADIR/FURG

Direitor da Faculdade de Direito

CARLOS ANDRÉ BIRNFELD

Vice-Diretor da Faculdade de Direito

EDER DION DE PAULA COSTA

*Cadernos de Educação em e para os
Direitos Humanos*

Disciplinas Instrumentais



Comitê Científico e Editorial

Membros Externos

Antônio Hilário Aguilera Urquiza
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Antonio Mauricio Medeiros Alves
Universidade Federal de Pelotas (UFPe)

Castor Mari Martín Bartolomé Ruiz
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

David Almagro Castro
Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/PUC-RS) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

Davi Valkarenghi Bolzan
Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles

Erico Pinheiro Fernandez
Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio General Álvaro A. da S. Braga

Gabriela Kyrillos
Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFSC)

Giuseppe Tosi
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Hector Cury Soares
Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

João Ricardo Wanderley Dornelles
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

João Ricardo Wanderley Dornelles
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

José Osvaldo Jara García
Universidad de Valparaíso - Chile

Julio Cesar Llanan Nogueira
Universidad Nacional de Rosario – Argentina

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Márcia Ondina Vieira Ferreira
Universidade Federal de Pelotas (UFPe)

María Inés Copello Danzi de Levy

Universidad de la República Uruguay (UdelaR)

Maria de Nazaré Tavares Zenaide
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Paulo Ricardo Opuszka
Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)

Soledad García Muñoz
Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH)

Inter-American Institute of Human Rights (IHR)

Tiago Menna Franckini
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Victor Brindisi
Comité Internacional de Educación para la Paz, No violencia y los Derechos Humanos

Vladmir Oliveira da Silveira
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)

Membros da FURG

Carlos Alexandre M. Marques
Clarice Pires Marques
Débora Amaral Sotter
Eder Dion de Paula Costa
Francisco Quintanilha Verás Neto
Jaime John

José Ricardo Caetano Costa
Júlia Matos
Liane Hüning Birnfeld
Marisa Pires
Paula Regina Costa Ribeiro
Raquel Fabiana Lopes Sparemberger

Renato Duro Dias
Salah Hassan Khaled Junior
Sheila Stolz
Susana Maria Veleda da Silva

@ Sheila Stolz, 2013.

Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos

Núcleo de Revisão Linguística

Responsável: Rita de Lima Nóbrega

Revisores: Christiane Regina Leivas Furtado, Gleice Meri Cunha Cupertino, Ingrid Cunha Ferreira, Luís Eugênio Vieira Oliveira, Micaeli Nunes Soares, Rita de Lima Nóbrega

Núcleo de Design e Diagramação

Responsáveis: Lidiane Fonseca Dutra e Zélia de Fátima Seibt do Couto

Capa: Lidiane Dutra

Diagramação: Bruna Heller

D611 Disciplinas instrumentais: alfabetização digital, metodologia de estudos e pesquisa em educação em direitos humanos e trabalho de conclusão de curso. / Organizadores Sheila Stolz; Clarice Pires Marques; Carlos Alexandre M. Marques. – Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

102p. :il.; 30 cm. – (Coleção Cadernos de educação em e para os direitos Humanos; v.6)

ISBN 978-85-7566-323-3 (Coleção Completa)

ISBN 978-85-7566-324-0 (Volume 6)

1. Direitos Humanos. 2. Educação em Direitos Humanos. 3. Pesquisa Científica.
I. Stolz, Sheila, Org. II. Marques, Clarice Pires, Org. III. Marques, Carlos Alexandre M., Org.

CDU: 342.7: 001.8

Sumário

Apresentação.....	7
Prefácio.....	11
<i>Parte I: Alfabetização Digital</i>	
A importância da alfabetização digital como instrumento de democratização no ensino do século XXI.....	
<i>Carlos Alexandre Michaello Marques e Clarice Gonçalves Pires Marques</i>	15
A Educação a Distância no Brasil: algumas perspectivas.....	
<i>Antônio Maurício Medeiros Alves</i>	21
Organização do tempo para estudantes de EaD.....	
<i>Clarice Gonçalves Pires Marques</i>	27
Ser aluno da modalidade de ensino a distância.....	
<i>Ana Carolina Moura, Antônio Maurício Medeiros Alves, Berenice Vahl Vaniel e Ivane Almeida Duvoisin</i>	29
<i>Parte II: Metodologias de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos Humanos</i>	
Introdução à metodologia de estudos e pesquisas em educação em Direitos Humanos.....	
<i>Carlos André Birnfeld</i>	37
Como fazer um projeto de pesquisa científica.....	
<i>Carlos André Birnfeld</i>	43
Falando sobre conhecimento.....	
<i>Clarice Gonçalves Pires Marques</i>	53
Caminhos da redação científica.....	
<i>Clarice Gonçalves Pires Marques</i>	57
Diálogos sobre eixos teóricos.....	
<i>Clarice Gonçalves Pires Marques</i>	59
O que há de essencial nos regramentos formais da produção científica.....	
<i>Carlos André Birnfeld</i>	63

<i>Parte III: Trabalho de Conclusão de Curso</i>	
Qual a função do professor-orientador?.....	
<i>Carlos Alexandre Michaello Marques e Clarice Gonçalves Pires Marques</i>	73
Preciso construir um projeto! E agora?.....	
<i>Clarice Gonçalves Pires Marques</i>	79
Defesa oral: como vou apresentar meu artigo?.....	
<i>Clarice Gonçalves Pires Marques</i>	86
A importância da postagem do TCC definitivo.....	
<i>Clarice Gonçalves Pires Marques</i>	89
Sobre os autores.....	91

Apresentação da Coleção Cadernos da EDH

Educação em e para os Direitos Humanos: concisa análise

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 desencadeou um processo de mudança no comportamento social e na produção de instrumentos e mecanismos internacionais de Direitos Humanos, que acabaram sendo incorporados ao ordenamento jurídico dos países signatários. Esse processo resultou na base dos atuais sistemas regionais e global de proteção dos Direitos Humanos.

Paradoxalmente a este processo de positivação dos Direitos Humanos, chamados no âmbito interno dos Estados de Direitos Fundamentais, encontra-se a atual conjuntura nacional e internacional. Esta, além de apresentar uma série de aspectos inquietantes no que se refere às violações de direitos humanos, tanto no campo dos direitos civis e políticos quanto na esfera dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, acaba por se entrelaçar ao processo de globalização. Este tem resultado na concentração da riqueza, beneficiando apenas um terço da humanidade em prejuízo, especialmente, das/dos habitantes do hemisfério Sul que vivem em meio à desigualdade e à exclusão sociais brutais, comprometendo, em feito, a justiça e a paz.

Verbi gratia, o aumento da intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, de gênero, de orientação sexual e afetiva, de nacionalidade, de opção política, dentre outras; a generalização dos conflitos, o recrudescimento dos distintos tipos de violência e o agravamento na degradação da biosfera. Todos estes são acontecimentos que revelam um abismo entre os indiscutíveis avanços no plano jurídico-institucional e a realidade concreta da efetivação dos Direitos Humanos.

Perante os múltiplos desafios apresentados e que suscitam mudanças urgentes e profundas, a educação surge como um trunfo indispensável para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais de paz, liberdade, igualdade e justiça.

Entendimento corroborado na DUDH, que atribui um valor crucial à educação já em seu Preâmbulo, requerendo no artigo 26, 2, a promoção de “entendimento, tolerância e amizade” e “a luta para um ensino e uma educação que promovam o respeito por estes direitos e liberdade”. Este mesmo artigo da DUDH estabelece que devemos não somente garantir que cada criança tenha acesso à educação, mas também que a educação “seja direcionada ao pleno desenvolvimento da personalidade humana” (artigo 26, DUDH). A Convenção sobre os Direitos das Crianças, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990, expande o artigo 26 da DUDH, pois considera muito importante

preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade e solidariedade. (UNICEF, 2004, p. 4)¹

Neste sentido é que a Convenção sobre os Direitos das Crianças faz especial referência ao ensino pleno e em todos os níveis: fundamental, médio e superior, especificando que este tipo de direito deve ser alcançado *progressivamente e baseado em oportunidades iguais*.

Nesta mesma esteira de raciocínio, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, balizou aos Estados e às Instituições governamentais e não governamentais a importância da educação, a capacitação e a informação pública em matéria de Direitos Humanos e, portanto, da necessidade em promover a realização de programas e estratégias educativas, visando ampliar ao máximo a Educação em e para os Direitos Humanos (EDH). Precisamente por isto, em dezembro de 1994, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou², entre o período compreendido de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2004, a Década da Educação em Direitos Humanos.

Com o objetivo precípuo de avaliar o estado da EDH na região, a América Latina realizou, no México em dezembro de 2001, a Conferência Regional sobre Educação em Direitos Humanos na América Latina. Este encontro revelou que, no Brasil, assim como na América Latina, a Educação em Direitos Humanos surge no contexto das lutas sociais e populares como estratégia de superação dos regimes ditatoriais e de resistência cultural às violações massivas aos Direitos Humanos. Estes são entendidos como indispensáveis nos processos de democratização e, sobretudo, como fundamento emancipatório de conquista e criação de direitos. Nesse sentido, pronuncia-se o pesquisador peruano Ignacio Basombrio,

A educação em Direitos Humanos é na América Latina uma prática jovem. Espaço de encontro entre educadores populares e militantes de Direitos Humanos começa a se desenvolver coincidentemente com o fim de um dos piores momentos da repressão política na América Latina e conquista certo nível de sistematização na segunda metade da década dos 80 (1992, p.33)³.

No plano político-institucional brasileiro foi criado, em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), marco jurídico-político que transformou os Direitos Humanos em eixos norteadores transversais de programas e projetos de promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos. Apesar de o PNDH referendar dentre suas linhas de ação a implantação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) – atendendo ao compromisso com a Década da Educação em Direitos Humanos—, o processo de elaboração do PNEDH somente teve início em 2003,

¹ UNICEF. Convenção sobre os Direitos das Crianças. Disponível em: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf. Acesso em 27/12/2011.

² Resolução 49/184 da Assembleia Geral da ONU.

³ BASOMBRIO, I. **Educación y ciudadanía**: la educación para los derechos humanos en América Latina. Perú: CEAAL, IDL y Tarea, 1992.

com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). Criação esta que ocorreu por meio da Portaria nº 98/2003 da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR).

Assim, o PNEDH vem a público em 10 de dezembro de 2006, estabelecendo concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação contemplados em cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública; e Educação e Mídia.

A EDH é compreendida, de conformidade com o PNEDH, como

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre Direitos Humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos Direitos Humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (PNEDH, 2006, p. 25)⁴.

Se a educação é um meio privilegiado na promoção dos Direitos Humanos, priorizar a formação de professoras e professores e de agentes públicos e sociais para atuar nos sistemas de educação (formal e não formal), saúde, justiça, segurança, mídia, comunicação e informação é um imenso desafio. Isto porque preparar estes sujeitos para que se tornem educadores em Direitos Humanos significa possibilitar a ampliação do conhecimento de tais direitos, inter-relacionados e interdependentes, declarados nos documentos citados e em tantos outros existentes a nível nacional, regional e internacional e que constituem, em seu conjunto, um marco ético-jurídico-político de construção de uma cultura universal de respeito aos Direitos Humanos.

Tendo em vista que esta é uma tarefa difícil, tornada um pouco mais fácil em face ao endosso proclamado em vários instrumentos legais, um grupo de interessados em cumprir com este compromisso se dedicou a analisar os Direitos Humanos e a EDH, enfrentando os desafios conceituais e práticos que os envolvem. Nesse sentido, a presente publicação é parte deste desafio, mas também de um conjunto de ações estatais que tem como principal objetivo a implementação do PNEDH. Dessa forma, os textos que são apresentados nesta publicação constituem um suporte didático-pedagógico e, como tais, foram organizados a partir das três linhas de pesquisa e das disciplinas a elas vinculadas e que integram a segunda edição do Curso de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande (PGEDH/FURG).

⁴ BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. 2006. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf>. Acesso em 27/12/2011.

No que concerne à linha de pesquisa *Fundamentos em Direitos Humanos*, a obra se propõe a apresentar tais fundamentos através de uma abordagem multi e interdisciplinar, abalizada de alguns princípios: da memória e temporalidade; da autonomia moral dos sujeitos; da universalidade e particularidades; da democracia e da justiça. Quanto às disciplinas vinculadas à *Diversidade nos Direitos Humanos*, o livro trata desta temática a partir da articulação entre os valores da liberdade, da igualdade, da solidariedade e do pluralismo proclamados na Constituição Federal de 1988, entendendo-os como indispensáveis para a inclusão plena de todos os sujeitos.

A linha de pesquisa *Direitos Humanos no Contexto Escolar e seu entorno* trata de analisar a Educação em e para os Direitos Humanos a partir dos princípios pedagógicos e metodológicos que norteiam esta particular forma de Educação. Abordando, ademais, o papel do Estado nas políticas culturais e educacionais em Direitos Humanos, bem como a função precípua da Escola na formulação de propostas, estratégias e indicadores de avaliação em Educação em e para os Direitos Humanos.

Assim, espera-se, com este material, colaborar não somente com o provimento de informações, mas também fomentar a constituição de um processo abrangente, para toda a vida. Processo este no qual as professoras e os professores e demais agentes sociais nele envolvidos compreendam seu papel como futuros multiplicadores da Educação em e para os Direitos Humanos tanto no âmbito escolar como na comunidade em que atuam e na sociedade como um todo, direcionando sua vida pessoal e práxis profissional pautadas no respeito à dignidade da pessoa humana e nos meios e métodos para assegurar este respeito.

Sheila Stolz

Prefácio

Disciplinas Instrumentais para Diálogos na Educação em e para os Direitos Humanos

Clarice Pires Marques

As disciplinas instrumentais são basilares para a construção do conhecimento, pois tanto no ensino presencial quanto no a distância são elas que viabilizam a apropriação de todos os demais saberes. Nesse sentido, o presente volume está organizado em três partes: Alfabetização Digital, Metodologia de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos Humanos e Trabalho de Conclusão de Curso.

A Educação a Distância (EaD) possui suas peculiaridades, pois é necessário apropriar-se das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o que propõe a primeira parte deste volume, familiarizando os estudantes com Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), de modo que possam deslocar-se por sua sala de aula virtual, comunicar-se com professores, tutores e colegas, bem como acessar os conteúdos do curso, elaborar as suas atividades de aprendizagem e suas pesquisas. Os textos disponibilizados neste tópico visam aproximar os estudantes de uma cultura EaD, em que tempo e espaço são diferenciados no processo de aprendizagem.

A segunda parte se volta para a construção do conhecimento científico, proporcionando proximidade com metodologias de estudos e pesquisas em Educação em Direitos Humanos. Para concretizar uma pesquisa, é necessário percorrer caminhos, estabelecer o tema a ser investigado, o problema de pesquisa, a coleta de dados e a apresentação dos resultados, compreender como e por que investigar determinado fenômeno.

Por fim, a terceira parte da obra está destinada ao Trabalho de Conclusão de Curso, pois, após a apropriação das TIC, estruturação de estudos e pesquisas, é hora de socializar os resultados, através da produção de artigos que demonstrem o que foi pesquisado e os resultados obtidos. Acima de tudo, não se espera que a pesquisa apresente respostas e soluções para todos os fenômenos verificados no campo da Educação em Direitos Humanos, mas sim que viabilizem novos questionamentos e perspectivas para a cultura de paz que se deseja.

Parte I

Alfabetização Digital

Essa disciplina tem o objetivo de propiciar a aquisição de habilidades básicas para utilizar os recursos da informática, inerentes à “sociedade da informação”, a fim de executar, com bom desempenho, as atividades de ensino e aprendizagem das disciplinas do curso de Educação em Direitos Humanos. Entre os tópicos abordados destaca-se Introdução a Plataforma Moodle, Cultura do Estudante em EaD, Conceitos Básicos de Informática, Produção de documentos e Normas de Formatação e Ética na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos.



Texto

A importância da alfabetização digital como instrumento de democratização no ensino do século XXI

*Carlos Alexandre Michaello Marques
Clarice Gonçalves Pires Marques*

1. Introdução

A Educação a Distância – EaD se tornou uma das formas mais difundidas de democratização de acesso ao ensino, em especial no que tange à Graduação e aos cursos de formação continuada. Nesse sentido, uma nova lógica se estabeleceu no processo de ensino-aprendizagem, posto que passou a ser, neste modelo, mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC.

Nesta senda, novas linguagens e novos métodos de aprendizagem são necessários para a concretização dos objetivos propostos pela Educação a Distância. Fica claro, portanto, que, para obter êxito nesta modalidade, é preciso que os professores e estudantes se apropriem do uso das Tecnologias da Informação, agreguem as ferramentas tecnológicas na sua atuação profissional. Contudo, não basta apenas saber a instrumentalidade, é preciso desenvolver novas maneiras de se relacionar, pautadas por valores éticos, culturais, pedagógicos e metodológicos (OLIVEIRA; FUMES, 2008).

Cumpre apontar a importância da Alfabetização Digital como suporte para esta nova etapa da construção do conhecimento, pois, além da democratização de acesso à Educação, está a própria demanda de apropriação dos meios de efetivá-la em sua totalidade, o que de fato se realiza através da inclusão digital.

2. As transformações trazidas pela EaD no ensino brasileiro

A implantação do modelo de Educação a Distância, tal como se conhece hoje, teve seu ponto de partida em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, na qual, em seu artigo 80, consta o comando legal para que o Poder Público incentivasse o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como de educação continuada (MARQUES, 2013).

As Políticas Públicas para a EaD começam a ganhar espaço em 2002, acompanhando as propostas governamentais de democratização de acesso ao Ensino Superior. A partir de então, o tema se tornou um campo fértil para debates, pois este novo jeito de aprender e ensinar exigiria muita reflexão acerca de sua operacionalização e, com o intuito de sanar lacunas legais deixadas pelo artigo 80 da Lei em comento, em 2005, este foi regulamentado pelo Decreto nº 5.622/2005, o qual

trouxe a própria definição de Educação a Distância, em seu artigo primeiro caracterizando-a como

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores, desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (LDB, 2005).

O fato é que a implantação da EaD mediada pelas TIC, tomou corpo e ganhou espaço no Brasil. Ao caminhar ao lado das práticas pedagógicas presenciais a EaD teve que se constituir, a fim de superar desafios próprios de sua idiossincrasia, pois professores e estudantes, antes acostumados com o dia a dia da sala de aula, não mais compartilham o mesmo espaço físico.

De outra forma, precisam se adaptar para reduzir distâncias, formar laços, constituir o sentimento de pertencimento aos cursos e tornar a comunicação escrita mais clara o quanto possível, inclusive agregando elementos, como imagens e os conhecidos "*smiles*", no sentido de transmitir sentimentos, que antes eram detectados pelas expressões faciais do contato direto na sala de aula presencial.

3. Relações "virtualizadas" e não "desvirtuadas"

As relações mediadas pelas TIC na construção do conhecimento, muitas vezes, são rotuladas como frias e impessoais, pois, em princípio, tanto estudante quanto professor se encontram diante da tela inexpressiva de um computador, *tablet* ou *notebook*, em um espaço diferenciado do ambiente educacional físico, com suas dinâmicas e peculiaridades. Todavia, “ao contrário do que nos leva a crer a vulgata midiática sobre a pretensa frieza do ciberespaço, as redes digitais interativas são fatores potentes de personalização ou encarnação do conhecimento” (LÉVY, p. 166, 2007).

Nesse contexto, é inegável que, de modo geral, a principal referência para quem atua nas plataformas virtuais é o perfil de cada um. Este é o elemento inserido nos sistemas pelos participantes desta modalidade de educação, o qual consiste em uma fotografia e uma breve descrição da atuação profissional, experiência e dos gostos pessoais, o que não é, sem sombra de dúvidas, o suficiente para conhecer um indivíduo, mas carrega grande importância porque é a base para a identificação do sujeito dentro do sistema. A partir disso, a comunicação se estabelece no espaço virtual e a troca de saberes se efetiva com a aliança entre os conteúdos subjetivos dos sujeitos envolvidos, a linguagem e a manipulação do instrumento de comunicação.

A preocupação fundamental continua sendo o compromisso destes atores para, em um esforço conjunto e com base no compartilhamento de saberes e experiências, alcançar o objetivo de formação, não com o intuito de extinguir o Ensino Presencial, pois não há interesse em esvaziar as salas de aula, mas de ampliar a construção de uma inteligência coletiva através das ferramentas virtuais (LÉVY, 2007).

Destaca-se que “a mesma base comum dada a educação presencial, é, igualmente, comum a EaD, embora cada qual reserve suas especificidades. Uma

mesma matriz para os mesmos propósitos – a educação” (ROMÃO, p.85, 2008), ou seja, tanto uma modalidade quanto outra pretende a construção do conhecimento, a qualificação e a busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Virtualizar as relações de ensino e aprendizagem não significa desvirtuá-las, como apontam os críticos da EaD, mas, sim, adotar novas formas de construção do conhecimento e de cooperação entre os envolvidos no processo.

4. O instrumento Alfabetização Digital

A sociedade atravessa uma Revolução Tecnológica, cujo ponto de partida foi trazido pela criação das Tecnologias da Informação e pelo avanço dos dispositivos eletrônicos, como telefones multifuncionais, *tablets* e computadores de última geração com suas telas sensíveis ao toque, ou à voz. Tantos são os avanços que já há computadores capazes de decodificar o movimento dos olhos ou as ondas cerebrais.

As mudanças ocorrem tão rapidamente que uma tecnologia supera outra em menos de seis meses, transformando aparelhos e programas obsoletos em um curto espaço de tempo. Nesse sentido, percebe-se que

Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a internet poderia tanto ser equiparada a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana (CASTELLS, p. 07, 2003).

Desse modo, a internet é a rede e o motor de que faz uso a EaD e para a sua concretização muitos fatores estão envolvidos. O acesso ao instrumental é o primeiro passo de uma caminhada repleta de desafios em um país de modernização tardia como o Brasil, com seu paradoxo de riqueza e miséria, com a presença marcada da desigualdade social.

Este contexto influencia sensivelmente na apropriação das tecnologias e popularização da inclusão digital, indispensáveis à democratização da Educação como um todo, pois nem todos têm acesso às Tecnologias da Informação e nem familiaridade com suas peculiaridades.

Cumpre, agora, conceituar a Alfabetização Digital, a qual pode ser compreendida como

[...] domínio dos códigos que permitem acessar a máquina, manuseá-la e utilizar seus comandos para práticas efetivas de digitação, leitura e produção de mensagens para efeitos de interação a distância ou para a leitura de informações ou leitura e escrita de outras linguagens (visuais, sonoras, etc.) (COUTO, p. 48, 2012).

Para que se democratize a Educação a Distância, a Alfabetização Digital deve ocupar papel de destaque para possibilitar este amplo acesso aos estudantes, servindo de suporte para outras etapas da construção do conhecimento, a partir da leitura, compreensão dos textos disponibilizados para estudo, atividades, visualização de vídeos e debates coletivos oferecidos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Por melhor que seja a qualidade da aula virtual, de nada adianta se os estudantes não detiverem a habilidade de usufruí-los em sua totalidade. Neste ponto é que se estabelece o valor de um bom trabalho em Alfabetização Digital, pois a aprendizagem do conjunto de signos e significados abrirá as portas para o universo do espaço virtual com todas as suas possibilidades.

O domínio das ferramentas digitais é agente de emancipação para os estudantes, desde uma perspectiva de que a inclusão digital lhes permite a participação no processo de aprendizagem e reflexão dos conteúdos disponibilizados no AVA. Desse modo, abre caminho para o pertencimento dentro do grupo virtual, não deixando nada a desejar para a Educação Presencial.

5. Considerações finais

As TIC revolucionaram o modo de aprender e ensinar, gerando novos conceitos, novas formas de compartilhar saberes, novos métodos e perspectivas que superam em longe os antigos modelos de aulas à giz e a quadros negros. Os recursos multimídia, a utilização da internet e a criação dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem permitem a interação dos alunos em grupos que aprendem, debatem, compartilham temas propostos em aulas virtuais, organizadas didaticamente para a edificação da aprendizagem.

Todavia, a preparação para esta atuação é indispensável para democratizar a Educação a Distância, a fim de que os estudantes da EaD não recaiam na exclusão ocasionada pela inabilidade de operar as máquinas e sistemas destinados à aprendizagem.

Para tanto, emerge a Alfabetização Digital como instrumento de inclusão, permitindo aos estudantes a apropriação de códigos e significados do "como fazer" para aproveitar o máximo possível as possibilidades oferecidas pela tecnologia, em prol de uma formação de qualidade em EaD, a qual, como anteriormente referido, não pretende substituir a Educação Presencial, mas, sim, aliar-se a ela, agindo em locais diversificados, atendendo necessidades de democratização da Educação e levando adiante o processo irreversível, desencadeado pela constituição da sociedade da informação, adaptando-se aos tempos atuais.

Bibliografia

CASTELLS, Manuel. A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COUTO, Maria Elizabete Souza. Alfabetização e letramento digital. In: Estudos IAT, Salvador, v.2, n.1, p.45-62, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://estudiosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudiosiat/article/viewFile/33/66>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Traduzido por Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, [1999] 2007. Tradução de: Cyberculture.

MARQUES, Carlos Alexandre Michaello. A educação a distância no ensino superior brasileiro: realidade e perspectivas da legislação e políticas públicas para o setor. In: Atlante. Cuadernos de Educación y Desarrollo, jun. 2013. Disponível em: <<http://atlante.eumed.net/educacao-distancia/>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

OLIVEIRA, Aristóteles da Silva; FUMES, Neisa de Lourdes Frederico. Inclusão Digital do Professor Universitário para atuar na Educação online. [53-81]. In: MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (Org.). Práticas de Formação de Professores na Educação a Distância. Maceió: EDUFAL, 2008.

ROMÃO, Eliana. A relação educativa: por meio de falas, fios e cartas. Maceió: EDUFAL, 2008.

Texto

O texto a seguir apresenta algumas questões acerca da Educação a Distância no Brasil. Aproveite!

*Prefiro ser
Essa metamorfose ambulante
Eu prefiro ser
Essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião
Formada sobre tudo
Do que ter aquela velha opinião
Formada sobre tudo
Eu quero dizer
Agora, o oposto do que eu disse antes
Eu prefiro ser
Essa metamorfose ambulante
(Metamorfose Ambulante – Raul Seixas)*

A Educação a Distância no Brasil – algumas perspectivas

Antônio Maurício Medeiros Alves

A fim de discutir a Educação a Distância (EaD) no contexto brasileiro, inicialmente faz-se necessário problematizar o conceito de educação a distância que, como todo conceito, irá depender da corrente teórica considerada.

Para o professor e pesquisador José Manuel Moran⁵, EaD é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por diferentes tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Entretanto, apesar de não estarem juntos fisicamente, podem estar interligados através de diferentes tecnologias como, por exemplo, a internet. Outras tecnologias/recursos podem ser utilizadas nessa modalidade de educação, a exemplo dos CDs, DVDs, telefone, vídeo, fax, etc.

Correa (2007) destaca o fato que não se pode limitar o conceito dessa modalidade de ensino à separação espacial entre alunos e professores, pois seu traço distintivo baseia-se na *mediatização* entre alunos e professores, embora essa seja uma tendência preponderante.

Uma característica fundamental da EAD é o fato de romper com o paradigma dominante em que o ensino prevalece sobre a aprendizagem, onde o professor é o centro desse processo. Dessa forma é necessário diferenciar Ensino a Distância de Educação a Distância, embora haja uma aproximação e, até mesmo, uma complementaridade nesses termos. Quando se fala em ensino a distância, o foco encontra-se no professor como aquele que não está presente, porém ao se usar a expressão educação à distância percebe-se um rompimento com esse paradigma hegemônico (do professor como aquele que ensina, independente do aluno), visto que o aluno passa a assumir importante papel em sua aprendizagem, tornando-se

⁵ Disponível em http://www.escolanet.com.br/sala_leitura/txt_integral.html, acessado em 20 de junho de 2010.

sujeito de suas aprendizagens, assumindo o professor o papel de problematizador (no lugar de expressões como facilitador, pois esse é entendido como aquele que torna fácil), fazendo com que esse fenômeno tome um caráter mais abrangente, abrindo outras possibilidades também temporais além das espaciais para que a educação a distância aconteça.

Outros conceitos importantes para que se entenda o sentido da educação a distância são o de educação presencial (dos cursos regulares, onde alunos e professores estão juntos fisicamente e se encontram sempre num local físico, normalmente a sala de aula); de educação semi-presencial (em que parte do curso é presencial e parte à distância, acontecendo uma parte na sala de aula e outra parte a distância, através de tecnologia) e a própria educação a distância, que acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, mas podendo estar juntos através de tecnologias de comunicação e pode contar com aulas presenciais ou não.

Quando o “estar junto”, mediado pelas diferentes tecnologias/recursos (chat, vídeo aula, web conferência, vídeo conferência, msn, etc.), acontece no mesmo tempo para professores e alunos, a comunicação é definida como “on line” ou “síncrona”, quando os tempos são diferentes, temos a comunicação “off line” ou “assíncrona”. Normalmente os cursos de EAD utilizam um misto de on e off line.

Segundo Moran, no exterior existem modelos exclusivos de instituições de educação a distância, que só oferecem programas nessa modalidade, como a *Open University* da Inglaterra ou a Universidade Nacional a Distância da Espanha. No Brasil, o modelo predominante é de instituições que oferecem cursos a distância, mas também o fazem no ensino presencial.

Renato Sabbatini⁶ (PHD em Neurofisiologia e professor de tecnologias de informação e comunicação em saúde da UNICAMP) em palestra recente destacou alguns dados interessantes sobre o crescimento da EaD no mundo: nos EUA, mais de 65% das universidades já oferecem EaD, sendo que lá a taxa anual de crescimento de alunos é de 18,2%. Já na área médica, mais de 80% dos profissionais usam regularmente EaD para atualização. No Brasil, empresas, ONGs e governo estão promovendo cada vez mais iniciativas no setor, proporcionando um aumento do mercado com cursos cada vez mais rápidos, baratos e excelentes.

Convém destacar que a educação a distância é uma modalidade que pode ser dirigida a qualquer nível de ensino, porém mostra-se mais adequada quando dirigida a um público adulto onde a aprendizagem individual e a prática da pesquisa são normalmente mais recorrentes.

Essa modalidade vem crescendo nos últimos anos e agregando novas tecnologias, conforme nos indica José Manuel Moran:

Retomando alguns aspectos históricos da educação a distância no Brasil, veremos que ela não é nova, mas agora, com a LDB e as tecnologias telemáticas, sua evolução está sendo mais rápida e facilitando mudanças no modelo educacional, muitas vezes ainda em vigor, que valoriza a relação hierarquizada entre professor e aluno, entre quem ensina e quem aprende. (disponível em http://www.escolanet.com.br/sala_leitura/txt_integral.html)

⁶ Disponível em http://groups.google.com.br/group/eadbr/browse_thread/thread/efe58b4c824d49ee, acessado em 20 de junho de 2010.

Segundo o autor o crescimento da EAD no Brasil tem modificado as relações dos sujeitos com a educação, pois a criação de novos ambientes onde também se dá a educação, desenvolvimento e avanço das tecnologias muda alguns conceitos:

Na medida em que elas avançam (as tecnologias), o conceito de presencialidade também se altera. Hoje, ainda entendemos por aula um espaço e um tempo determinados. Mas, esse tempo e esse espaço, cada vez mais, serão flexíveis. (José Manuel Moran, disponível em http://www.escolanet.com.br/sala_leitura/txt_integral.html)

A educação a distância não é um fenômeno recente no Brasil, tendo sido inicialmente caracterizada pelos cursos por correspondência em que a principal tecnologia utilizada era o impresso. Muitos autores caracterizam a EAD em diferentes momentos. A autora Rosângela Rodrigues⁷ (1998) denomina cada momento como “geração” e indica a duração da primeira geração de EAD até os anos de 1970, caracterizando-a pelo estudo por correspondência, utilizando como principal meio de comunicação os materiais impressos, geralmente na forma de guia de estudos com “instruções” e exercícios variados, enviados pelo correio.

A segunda geração teria, segundo a autora, início no período seguinte à década de 1970, quando surgem as primeiras Universidades Abertas e outros elementos foram sendo incorporados na comunicação à distância, além do material impresso, a exemplo da televisão (aberta e a cabo), rádio e fitas de áudio e vídeo, com interação por telefone, satélite, etc. Esse período iria, segundo a autora, até a década de 1990, quando iniciaria então a terceira geração de EAD, com o fortalecimento das “redes interativas” e o uso mais abrangente do computador e da internet. A autora ainda indica o início da quarta geração, a partir do ano 2000, caracterizada pelo aumento da capacidade de processamento dos computadores e da velocidade das linhas de transmissão o que interfere na apresentação do conteúdo e interações, bem como o acesso a bancos de dados e bibliotecas eletrônicas. Temos, então, uma passagem da comunicação offline (com o uso exclusivo do impresso) para uma combinação de comunicação off e online (em tempo real), mudando as características da EAD.

Entretanto é pertinente destacar que uma tecnologia não substitui totalmente a outra, pois todas podem coexistir. Certamente que os investimentos serão de natureza diferente de acordo com a demanda de cada período histórico.

Wilson Azevedo (1999) apresenta outra divisão para a EAD, em dois momentos: um antes e outro depois da internet. No primeiro havia a mediação por meio de tecnologias da comunicação de um-para-muitos (rádio ou televisão) ou de um-para-um (correspondência). Com o avanço da internet temos essas duas mediações presentes e uma terceira: a do muitos-para-muitos. Segundo o autor, essa nova característica atribuída à EAD pelo avanço da internet, tem permitido a superação daquilo que por muito tempo, citando as palavras de Pierre Lévy, se considerou a educação a distância: uma “estepe” do ensino utilizada quando outras estratégias haviam falhado.

⁷ Disponível em http://www.escolanet.com.br/sala_leitura/hist_ead.html, acessado em 20 de junho de 2010.

Azevedo destaca que a EAD era muitas vezes considerada como uma educação de “segunda categoria”, utilizada principalmente para suprir lacunas daqueles que não haviam tido acesso a educação formal no tempo adequado (cursos de suplência).

No caso do Brasil, a LDB 9394/96, em seus artigos 80, reconhece a educação à distância como uma modalidade de educação dirigida a todos os níveis de ensino. Desde então se verificou uma intensificação nos cursos em EAD em todos os níveis, diferentemente do que se assistira anteriormente: cursos esporádicos e em sua maioria com características supletiva (Telecurso 2000). Esse aumento foi verificado também nos cursos de graduação, com um crescente envolvimento de instituições de ensino superior com cursos de EAD, caracterizando grande dinamismo no panorama atual.

De acordo com Rosângela Schwartz Rodrigues (2004):

A partir da segunda metade dos anos 90, as possibilidades que a internet oferece vêm interferindo profundamente nas atividades de EAD no Brasil. Novas instituições passaram a oferecer cursos a distância, já se inserindo diretamente no cenário de uso de mídias de terceira e quarta gerações. Os anos de 1996 e 1997 presenciaram o início de várias atividades que se tornariam decisivas na evolução do cenário da EAD no Brasil. [...] Com os movimentos de apropriação tecnológica dos ambientes virtuais de aprendizagem se desenvolvendo rapidamente e a metodologia de EAD já em fase adiantada de consolidação, o próximo passo foi o reconhecimento formal do Ministério da Educação aos cursos que já aconteciam por meio de Educação a Distância. Entre os cursos de graduação a distância aprovados pelo MEC até 2004 (os cursos só começaram a ter sua aprovação publicada no Diário Oficial em 1999), a maioria é dedicada à formação de professores em exercício, refletindo o fomento governamental neste segmento. (Trecho da Tese de Doutorado: Modelo de Planejamento para Cursos de Pós-graduação a Distância em cooperação Universidade-Empresa, disponível em http://200.132.103.12/repositorio/admin/downloads/2_tema_2.pdf)

A educação a distância por muito tempo foi vista como uma superação imediata de problemas emergenciais (caráter supletivo), como meio de ultrapassar fracassos dos sistemas educacionais em algum momento da história, como no Brasil, nos anos 70, porém nos últimos anos tem havido um reconhecimento dessa modalidade de ensino como elemento regular do sistema educativo (BELLONI, 2006).

Exemplos desse reconhecimento formal da EAD pelo MEC são os decretos 5622 de 10 de dezembro de 2005 e o decreto 5800 de 8 de junho de 2006. O decreto 5622/05 caracteriza e regulamenta a educação à distância no Brasil, definindo sua organização, oferta e avaliação. Prevê também o credenciamento de instituições de ensino para a oferta de cursos e programas de especialização, mestrado, doutorado e educação profissional tecnológica de pós-graduação. Define ainda questões acerca da educação de jovens e adultos, educação especial e profissional na modalidade de EAD, bem como dos cursos de graduação.

Já o decreto 5800/06, dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Por meio desse decreto se institui a UAB, voltada para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país.

Por meio desse decreto e a institucionalização da UAB, fica definido a colaboração que deve haver entre a união e o entes federativos (estados e municípios), articulando a manutenção de pólos de apoios presencial com as universidades conveniadas com a UAB.

Em relação aos investimentos o decreto prevê que correrão por conta das dotações orçamentárias de responsabilidade do MEC e ao FNDE, sendo responsabilidade do executivo compatibilizar a seleção dos cursos e programas de educação superior com os já existentes.

Convém destacar que a UAB não se caracteriza como mais uma instituição de ensino superior (IES), pois não possui uma sede física, configura-se como um projeto, um sistema, caracterizado como uma rede nacional voltada para pesquisa e educação superior formada pelo conjunto de IES que irão se articular com os pólos municipais presenciais, onde estarão em funcionamento os cursos da UAB.

Dessa forma, as IES que irão oferecer cursos superiores na modalidade de EAD, visando atender aos estudantes dos pólos presenciais sediados nos diferentes municípios, que irão freqüentar os diferentes cursos propostos pelas instituições públicas de ensino superior (IES) e aprovados pelo MEC.

Cada pólo de apoio presencial será de responsabilidade do poder público local, devendo caracterizar-se como um espaço físico onde os estudantes terão a infraestrutura necessária a execução de algumas das funções didático-pedagógicas dos cursos à distância. Deverá ser equipado com laboratórios de ensino e pesquisa, laboratórios de informática, biblioteca, recursos pedagógicos dentre outros, de acordo com os cursos a serem ofertados, observando a mediação pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) fundamentais nessa proposta de EAD.

Assim, temos atualmente uma nova configuração para Educação a Distância, aumentando sua abrangência, investindo em qualidade e oferecendo possibilidades de realização de um curso superior em locais distantes dos grandes centros.

Bibliografia

AZEVEDO, Wilson. *Muito Além do Jardim de Infância. O desafio do preparo de alunos e professores online*. Revista Brasileira de Educação a Distância, ano 6, nº 36, set./out. 1999.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a Distância*. 4ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

CORRÊA, Juliane (org). *Educação a Distância – orientações metodológicas*. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

MORAN, José Manuel. *O que é educação a distância?* In: Escola Net – Educação Continuada. Disponível em: http://www.escolanet.com.br/sala_leitura/txt_integral.html. Acesso em: 20 jun. 2010.

RODRIGUES, Rosangela Schwartz. *Histórico da Educação a Distância*. In: Escola Net – Educação Continuada. Disponível em: <http://www.escolanet.com.br/sala_leitura/hist_ead.html>. Acesso em: 20 jun. 2010.

RODRIGUES, Rosangela Schwartz. *Modelo de Avaliação para Cursos no Ensino a Distância: Estrutura, Aplicação e Avaliação*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): 1998.

RODRIGUES, Rosangela Schwartz. *Modelo de Planejamento para cursos de pós-graduação a distância em cooperação Universidade-Empresa*. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): 2004.

SABBATINI, Renato. *Palestra sobre metodologias em EaD*. Disponível em: <http://groups.google.com.br/group/eadbr/browse_thread/thread/efe58b4c824d49ee>. Acesso em: 20 jun. 2010.

Texto

O texto a seguir apresenta algumas questões acerca da organização do tempo para @ alum@ EaD! Aproveite!

*Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo tempo tempo tempo
Entro num acordo contigo
Tempo tempo tempo tempo...
(Oração ao tempo – Caetano Veloso)*

Organização do tempo para estudantes de EaD

Clarice Gonçalves Pires Marques

A canção de Caetano Veloso se faz muito sugestiva quando se pensa em Educação a Distância. Fazer um acordo com o tempo não é possível, entretanto, é necessário utilizá-lo da melhor maneira possível a fim de obter bons resultados quando se estuda nesta modalidade.

Incontestável que para o estudante em EaD a organização do tempo e disciplina para fazer valer esta organização são fatores indispensáveis para o êxito nos curso a distância.

A possibilidade de realizar as tarefas e estudos em qualquer horário pode ser uma benesse ou um problema dependendo da forma como você se estrutura para as suas atividades. Sendo assim, uma boa forma de organizar sua semana é o estabelecimento de prioridades e planejamento.

As prioridades são aquelas atividades que colocamos no topo de nossa lista de organização. Sendo assim, se dividem sob critérios de importância e urgência:

Dentre as coisas que vamos listar como prioritárias, algumas estarão ali porque nos são importantes, outras porque são urgentes. Imagino que algo que não é NEM importante NEM urgente não estará na lista de ninguém. E também sei que na lista de todo mundo haverá coisas que são IMPORTANTES E URGENTES. Não resta a menor dúvida de que estas coisas devem ser feitas imediatamente, ou, pelo menos, na primeira oportunidade. Poucas pessoas questionarão isso. (CHAVES, 1992, P. 01)

Obviamente algumas coisas são pessoalmente importantes, mas não urgentes, como por exemplo, uma viagem de lazer ou um encontro familiar. Entretanto, uma vez estabelecidas as prioridades, deve-se seguir um planejamento, a fim de que o tempo que dispomos seja suficiente para trabalhar, estudar, conviver com a família e ainda viajar a lazer:

Portanto, o planejamento deve ser visto como uma rota a ser seguida que oferece a possibilidade de tomar decisões conscientes e por iniciativa própria ao invés de deixar essa responsabilidade outras pessoas ou acontecimentos e apenas assumir a responsabilidade pelo cumprimento dos compromissos que

lhes forem delegados. Dessa forma, o planejamento não só pode, como deve, ser constantemente revisado e ajustado. Assim, as ocorrências que interferiram no planejamento, podem ser analisadas o planejamento ajustado, de acordo com a nova realidade. (CINTRA, 2010, p. 09)

Sendo assim, de grande valia será construir uma agenda semanal, pois não se esqueça de que seu curso possui carga horária de 20h semanais, a frequência é verificada através dos encontros presenciais e acesso à plataforma moodle. Procure balancear seus períodos de estudo com o trabalho e descanso.

Monte um cronograma de suas atividades, o seu planejamento, esteja disposto a ajustes e revisões, mas sem perder o foco que é concluir a sua especialização em Educação em Direitos Humanos com sucesso. Disponha-se também a realização das leituras obrigatórias, mas busque algo mais, lendo outras obras indicadas pelo/s professor@s. Comprometa-se com a sua formação e aproveite bem o seu tempo.

Bibliografia

CHAVES, Eduardo O. C. Administrar o tempo é planejar a vida. Disponível em <http://www.chaves.com.br/TEXTSELF/MISC/timemgt2.htm>. Acesso em 28 de dezembro de 2011.

CINTRA, Josiane C. Empregando o tempo com vida e produtividade. Valinhos, SP: Anhanguera Educacional, 2010.

Texto

O texto a seguir destaca como é ser aluno na modalidade de ensino a distância!

*Você não sabe
O quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas
Antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes
Escalei
Nas noites escuras
De frio chorei, ei, ei
Ei! Ei! Ei! Ei! Ei!...
A vida ensina
E o tempo traz o tom
Pra nascer uma canção
Com a fé do dia a dia
Encontro a solução
Encontro a solução...
(A Estrada – Cidade Negra)*

Ser aluno na modalidade de ensino a distância

*Ana Carolina Moura
Antônio Maurício Alves
Berenice Vahl Vaniel
Ivane Almeida Duvoisin*

O desenvolvimento da educação a distância está diretamente associado ao avanço das tecnologias. O crescente aumento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vem gerando intensas mudanças sociais, o que provoca desequilíbrios estruturais no campo da educação. Dessa forma, novas metodologias têm sido propostas, principalmente no que se refere à EaD.

Por tudo isso, ao iniciar um curso na modalidade a distância, é importante que os diversos atores envolvidos reflitam e criem uma cultura diferenciada da existente no ensino presencial, a saber, da fala, da cobrança do professor e de dependência de direcionamento. Essa necessidade se deve às características próprias do processo ensino-aprendizagem na modalidade de Educação a Distância (EaD), as quais serão discutidas ao longo deste texto.

Nesse sentido, pretende-se, a partir deste texto, estimular reflexões sobre a postura do estudante EaD. Para tanto, abordamos algumas questões teóricas e epistemológicas que envolvem a educação e conversamos sobre a importância da interação, da cooperação e da autonomia do estudante nessa modalidade de ensino além de debatermos sobre o ato de estudar, sobre a administração do tempo e a necessidade de cultivar uma visão crítica e problematizadora da própria aprendizagem.

No ensino presencial, devido à facilidade de maior aproximação do educador e dos colegas e pelo fato de se compartilhar tempo e espaço, o estudante acaba criando uma cultura de dependência. No contexto da EaD, o curto período das disciplinas e a distância entre os envolvidos exigem dos estudantes maior disciplina, organização e autonomia, ou seja, o estudante precisa assumir a responsabilidade por sua aprendizagem.

Além disso, na EaD, estudantes, professores e tutores devem fazer um exercício coletivo no sentido de desenvolver relações educacionais e emocionais. O desafio é promover interações entre todos os envolvidos por meio da comunicação mediatizada pela tecnologia, de maneira que a aprendizagem e a cooperação possam estar presentes nas relações estudante-estudante, professor-estudante, tutor-professor e estudante-tutor.

Desde a década de 80, duas correntes teóricas têm influenciado a educação em geral e, também, a modalidade de EaD: modelo fordista e a teoria interacionista. A Educação a Distância, que sempre dependeu das tecnologias e que surgiu como um movimento de educação de massas, esteve historicamente mais vinculada ao modelo fordista, baseado na produção fragmentada da era industrial. Mediante às críticas ao ensino memorístico e aos avanços das pesquisas sobre o funcionamento da cognição humana, bem como, das tecnologias da informação e comunicação, surgem novas propostas metodológicas de cunho interacionista (BELLONI, 2006; PETERS, 2004).

A teoria interacionista, por sua vez, considera que o conhecimento é construído progressivamente pelo sujeito, partindo das ações e interações entre todos os envolvidos e entre esses e o ambiente. As relações que se estabelecem entre o sujeito e o meio implicam um processo de construção e reconstrução permanente do conhecimento que resulta na formação das estruturas do pensamento. É nessa perspectiva teórica que pensamos o perfil e as atribuições do estudante, é nesse paradigma educacional que pretendemos pautar nossas ações e investigações.

Nesse viés, as interações mediatizadas pelas tecnologias da informação e comunicação, o investimento na construção de uma cultura autônoma e a valorização do trabalho em grupo contribuem para a superação da problemática espaço-temporal

entre os diversos atores da EaD (professores-tutores-estudantes).

Essa relação interativa pode acontecer também nos fóruns de discussão, nos quais estudantes, professores e tutores, além de postarem suas visões e leituras sobre determinado assunto, dialogam, debatem, lêem a discussão do outro, conhecem e respeitam os diferentes posicionamentos, ampliando seus referenciais e seu potencial argumentativo; enfim, cooperam. A contribuição, a cooperação, o debate e o respeito também devem estar presentes nos trabalhos em grupo, sejam realizados presencialmente ou a distância. O conjunto desses elementos irá contribuir diretamente para a construção do conhecimento, como diz Tjiboy (et al, 1999):

O processo de interação entre indivíduos possibilita intercambiar pontos de vistas, conhecer e refletir sobre diferentes questionamentos, refletir sobre seu próprio pensar, ampliar com autonomia sua tomada de consciência para buscar novos rumos (p. 03).

Na modalidade a distância, é essencial que o estudante construa sua autonomia e desenvolva iniciativa para estudar, de forma a perceber suas necessidades, seu ritmo e estilo de aprendizagem. Nesse sentido, é importante que cada um aprenda a identificar suas próprias dificuldades, a organizar seus estudos, a criar hábitos de leitura e pesquisa, exercendo um papel ativo nesse processo. Além disso, o estudante na modalidade EaD, em geral, é aquele que tem o tempo mais restrito, então, torna-se fundamental saber organizar esse tempo, a fim de realizar o curso.

Geralmente, no ensino presencial, é o professor quem administra o tempo e o conteúdo dado ao estudante; a quantidade e o que será visto na aula é de responsabilidade do professor, o que cria uma dependência do estudante em ter alguém que conduza a sua aprendizagem. São raros aqueles que avançam ou aprofundam os conceitos tratados em aula, por meio de leituras e da busca por outras fontes de informação e pesquisa.

Sobre a administração do tempo, Chaves (1998) reflete que:

Administrar o tempo não é uma questão de ficar contando os minutos dedicados a cada atividade: é uma questão de saber definir prioridades. [...] Saber administrar o tempo é ter clareza cristalina sobre o que, para nós, é mais prioritário, dentre as várias coisas que precisamos e desejamos fazer - e tomar providências para que essas coisas mais prioritárias sejam feitas (p. 01).

Para o autor, é importante listar as prioridades sendo que, dentre elas, existem as importantes, as urgentes e ambas. Aqueles elementos que não se enquadram nesta lista, não são tão importantes, podem ser relegados a segundo plano. Organizando o tempo assim, os objetivos são determinados, através da ordem das prioridades eleitas, não se deixando coisas para trás ou em atraso. Isso é administrar o tempo e essa administração é fundamental em EaD.

Entre as prioridades do estudante de EaD, deverá estar presente o “estudar” (Freire, 2010). O ato de estudar não se resume a assistir a um vídeo passivamente, nem a ler vários livros e/ou textos sem reflexão, tampouco a procurar apropriar-se dos conteúdos às vésperas das provas ou dos exames visando apenas à aprovação. O estudo é um ato de criticidade, de busca de informação, de ler ou ouvir atento, fazer reflexões e aproximações com aprendizagens anteriores, procurar contrapontos ou sanar as dúvidas, manter um diálogo permanente com os autores dos livros estudados, consigo mesmo, com os colegas, tutores e professores.

Para finalizar, lançamos o desafio a todos de assumirem uma postura de aprendizagem ativa, autônoma e cooperativa, o que entendemos não ser tarefa fácil, pois vivenciamos processos educativos em que essas características não eram valorizadas, cujo ensino era baseado na recepção passiva. Apesar disso, acreditamos na capacidade consciente de mudança dos seres humanos, o que contribuirá para a afirmação de uma cultura em EaD.

Bibliografia

BELLONI, M. L. Educação à Distância. Campinas: Editores Associados, 2006.

CHAVES, E. O. C. Administrar o tempo é planejar a vida. 1998. Disponível em <http://www.chaves.com.br/textself/misc/timemgt2.htm>. Acesso em 17 jan 2010.

FREIRE, P. Considerações em torno do ato de estudar. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/033/33pc_freire.htm. Acessado em: 15 mar 2010.

PETERS, O. A educação a distância em transição. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

TIJBOY, A. V.; LAURINO-MAÇADA D. L. Aprendizagem cooperativa em ambientes telemáticos. Disponível em: <http://www.url.edu.gt/sitios/tice/docs/trabalhos/274.pdf>. Acessado em 15 mar 2010.

Parte II

Metodologias de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos Humanos

Esta disciplina objetiva fornecer subsídios metodológicos e técnicos para instrumentalizar a pesquisa em direitos humanos e a respectiva elaboração do artigo de conclusão do curso.



Cases estudantes,

Sejam bem-vindos à nossa disciplina. Nosso objetivo nesta disciplina é fornecer subsídios metodológicos e técnicos para instrumentalizar a pesquisa em direitos humanos, a elaboração de trabalhos científicos bem com a elaboração do artigo de conclusão do curso.

Procure extrair o máximo dos textos aqui oferecidos e não deixe de realizar leituras complementares sobre metodologia, pois esta é instrumento e necessidade para o pesquisador em qualquer trabalho científico. Você como especialista em educação em direitos humanos será responsável e habilitado, futuramente, para o aprofundamento de diversas questões neste campo, elaboração de projetos e planos de ação.

A fim de concretizar este aprofundamento você deverá deter a linguagem científica, seguir regras de pesquisa, explicar qual o método que você utilizou para encontrar os resultados da sua pesquisa, divulgar as suas descobertas dentro de um padrão acadêmico, possibilitando que outros pesquisadores também possam obter resultados a partir dos seus. Assim, a partir de agora iniciaremos a exploração deste novo campo.

Um abraço a todos e a todas

Prof. Carlos André

Tarefas

As tarefas da disciplina estarão disponíveis na plataforma moodle. Fique atent@ aos enunciados e prazos de entrega. Conte sempre com o auxílio de professor@s e tutor@s sempre a disposição para ajudá-l@!

Forum Bate-Papo

Participe do fórum bate-papo de nossa disciplina a fim de abordar questões relacionadas com a metodologia científica e a elaboração de trabalhos. Fique a vontade para abrir novos tópicos e propor novas discussões temáticas.

Texto

O texto a seguir apresenta uma introdução à disciplina. Aproveite!

*Todo mundo tem um sonho
É a base pra poder viver
Vivemos muito de escolhas
Escolha o certo pra fortalecer
O sonho sempre está distante
Nunca fica no mesmo lugar
O jeito é nunca desistir
Pra poder realizar
Nunca diga que não vai conseguir
Faça o certo pra poder conquistar
Não importa o tamanho do sonho
Pois o meu é de aprender a voar
O mais alto que puder
(Aprender a voar – Replace)*

Introdução à Metodologia de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos Humanos

Carlos André Birnfeld

Bom dia a todos e a todas. Tenho dito no início de minhas aulas, que o processo de ensino assemelha-se muito a um cruzeiro marítimo. Senão vejamos:

- tem ponto de partida;
- tem ponto de chegada, que envolve um objetivo que queremos atingir ao final da viagem;
- tem um roteiro; um mapa, que guia do ponto de partida ao ponto de chegada; um Plano de Navegação, que, em nosso meio, denomina-se Plano de Ensino;
- tem um comandante, o professor, que é quem, além de ter feito esta viagem antes, detém os mapas de navegação e o controle dos passageiros, além do comando do próprio navio: legislativo, executivo e judiciário de plantão;
- e tem, é claro, os passageiros, os alunos, razão de ser do próprio cruzeiro: aqueles para os quais o roteiro de viagem, cuidadosamente preparado para o seu melhor desfrute, efetivamente se destina.

Quanto aos passageiros em especial, convém ressaltar que cada um traz em si um corolário de experiências pessoais múltiplas e distintas. Muitos já são ou foram comandantes de suas próprias naus, levando diuturnamente outros passageiros por roteiros particulares que dominam de olhos fechados. Muitos já foram passageiros em viagens com roteiros bastante similares ao ora empreendido. Alguns pouco ou nada viajaram, comandando ou não um navio.

Além disso, também quanto aos passageiros, há que se ressaltar que variados tipos de inspiração os traz ao barco: alguns embarcam ávidos por absorver cada minuto da experiência, alguns nem sabem por que ali estão - quiçá porque

precisam preencher o tempo, fugindo do vazio deixado pela pessoa amada que se foi, senão, no outro extremo, preencher o tempo, fugindo a maior quantidade de minutos possível da pessoa que já foi amada e que infelizmente não se foi. Alguns, por outra feita, embarcam também contando minutos, dessa vez porque precisam que o número de minutos acumulados, uma vez registrado em formulário, permita melhoria na vida pessoal, tal qual piloto que viaja contando horas para obter seu brevê.

Há também comandantes de todos os tipos. Este que vos fala é alguém efetivamente obcecado com o bom aproveitamento da viagem por todos os passageiros – alguém que pretende que cada minuto, cada detalhe seja efetivamente desfrutado e vivido por cada um dos passageiros. Que pretende também, ainda que enfrentando tempestades diversas e inusitadas (e elas não têm faltado, física e metaforicamente falando), cumprir o Plano de Navegação, propiciando a todos as experiências aqui prometidas.

Neste particular convido a todos, inclusive e principalmente aqueles que eventualmente tenham ingressado nessa viagem deixando sua cabeça em qualquer outro lugar, a efetivamente reacoplarem-se, vivenciando com entusiasmo cada um dos momentos: eles são únicos. Mesmo que isso roube um tempo que não haja. E mesmo que a disciplina seja apenas de Metodologia.

Nessa perspectiva, convém ressaltar que esse cruzeiro marítimo, além do comandante, possui uma tripulação eficiente e atenta para melhor servir aos passageiros, representada por toda a equipe de trabalho da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que inclui, além da infra-estrutura da FURG, da infra-estrutura do pólo de ensino, os tutores locais e os tutores a distância.

Outrossim, porque estamos no universo de um curso a distância, trata-se efetivamente de um turismo de aventuras, no qual não há lugar para o passageiro inativo, parado, descansado, mero contemplador das paisagens, que imagina ser sua principal função guardar na sua câmera digital um conjunto de informações completamente exteriores a ele.

Um curso a distância requer um aluno co-construtor do processo de ensino: autônomo, proativo, que no mais das vezes será chamado a contribuir com o seu trabalho na construção do processo de ensino-aprendizagem.

Esse cruzeiro ressalte-se, tem o perfil de um verdadeiro SPA. Digo verdadeiro porque a palavra SPA vem da expressão latina "Sanitas Per Aquas", expressão do tempo de Roma antiga cujo significado é de 'saúde pelas águas' e que hoje relaciona-se com uma típica casa de repouso na qual a coisa que menos se faz é repousar.

Nesse viés, traremos um programa efetivo de desenvolvimento desta saúde intelectual que envolverá desde exercícios repetidos, passando por desafios nas escaladas do conhecimento até culminar pela própria experiência de navegação solo. Porque, essencialmente, "navegar é preciso", como bem resgatou Fernando Pessoa em seus versos, ora reproduzidos a título de pausa para o café:

Navegar é Preciso

*Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa
"Navegar é preciso; viver não é preciso".
Quero para mim o espírito d'esta frase,
transformada a forma para a casar como eu sou:
Viver não é necessário; o que é necessário é criar.
Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso.
Só quero torná-la grande,
ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a minha
alma a lenha desse fogo.
Só quero torná-la de toda a humanidade;
ainda que para isso tenha de a perder como minha.
Cada vez mais assim penso.
Cada vez mais ponho da essência anímica do meu
sangue
o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir
para a evolução da humanidade.
É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa
Raça.*

Fernando Pessoa

Café tomado, nesse contexto, nossa disciplina envolve basicamente um cruzeiro marítimo com três paradas em três continentes distintos:

A primeira parada é no continente mais árido e de paisagens mais misteriosas e instigantes. Encontra-se nele o raro sedimento imprescindível para o prosseguimento da viagem. Aportaremos no continente da Epistemologia. A própria denominação já assustaria à primeira vista, não tivéssemos a singela informação de que a palavra epistemologia vem do grego 'episteme', expressão que pode ser traduzida por conhecimento científico, usada em oposição ao conhecimento vulgar, comum, mera opinião, que corresponde à expressão grega 'doxa'.

Nesse sentido, epistemologia nada mais é do que a logia, a lógica, o raciocínio lógico direcionado à compreensão do próprio significado do conhecimento científico. Abarca, assim, todo o conjunto de respostas e reflexões que possam ser feitas para responder a uma pergunta bastante simples como "O que é uma Ciência?", ou quiçá, a uma pergunta maluca como "Qual a diferença entre a Ciência e o cafezinho?", ou quem sabe uma pergunta esotérica como "Qual a diferença entre a verdade da Bíblia e a verdade dos cientistas?"

A importância da estada nesse continente reside no fato de que esta é uma disciplina de "Metodologia de Pesquisa Científica", focada em "Direitos Humanos". Ora, é indispensável saber "o que é ciência" para poder entender o que possa ser "pesquisa

científica”. E mais do que isso: compreender qual ou quais metodologias servem à própria “pesquisa científica”.

Ressalte-se, neste particular, que a palavra “metodologia” abrange a lógica, a lógica, a compreensão racional de um método. Método, por sua vez, é palavra que deriva do termo grego “méthodos”, que pode ser traduzido, em última instância, como “meio”, “caminho”, “percurso”. Assim, falar em “metodologia” é o mesmo que dizer “racionalidade do caminho” ou mesmo “estudo dos caminhos”.

Assim, Metodologia Científica, envolve o estudo dos “caminhos da ciência”, seja qual for o significado de “ciência”. Desde já é importante intuir que existem, portanto caminhos científicos e caminhos não científicos e, mais do que isso: é imprescindível intuir que não há sentido nenhum em visualizar “caminhos” se efetivamente não se souber o que é ciência, o que, de outra forma, nos mostra a importância crucial da estada no continente da “epistemologia”.

Nesse caminho, serão efetivamente dois campos da epistemologia, já lavrados e plantados com as perspectivas de interesse desta disciplina, que serão visitados. Tratam-se, acima de tudo, de lugares tão exóticos quanto indispensáveis, tendo-se claro que a grande missão aqui envolve colher sedimento para poder entender o que efetivamente estará sendo feito quando este ou aquele procedimento prático for tentado:

1) Os Fundamentos Epistemológicos do Conhecimento Científico e a Pesquisa em Direitos Humanos;

2) O Método Científico, suas características básicas e os diferentes tipos de Produção Científica.

Justo porque apresenta tanto de etéreo, de deserto, de mistério, de filosofia, de meditação, nosso primeiro continente pode ser equiparado a uma viagem ao continente da Ásia tanto quanto o segundo continente é facilmente equiparável à América.

Isso porque o segundo continente a ser visitado apresenta uma característica notadamente prática, pragmática e essencialmente focada em resultados: trata-se do Projeto de Pesquisa Científica.

Para todo e qualquer empreendimento na vida que não se pretenda fadado ao fracasso, é essencial um projeto. Isso é válido para os projetos de arquitetura, engenharia, urbanismo, projetos de empresa, industriais, de ensino – e, porque não, o próprio projeto de vida como um todo.

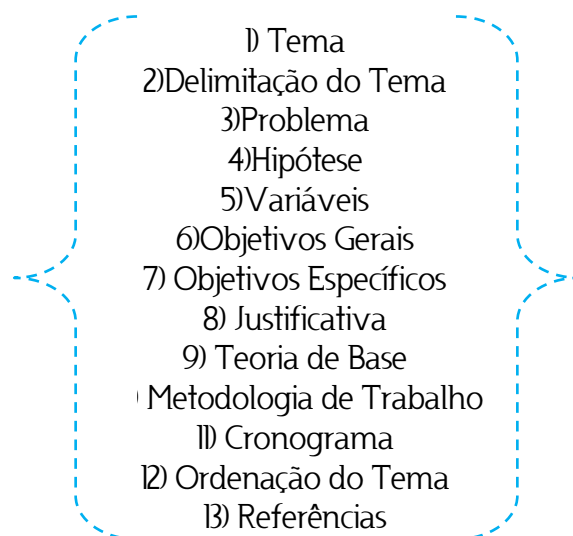
A diferença essencial, em qualquer campo, inclusive o da metodologia científica, entre quem tem um projeto e quem não tem é de que o primeiro é dono do seu próprio rumo e o último não é dono de nada: nem rumo tem.

Projeto é a organização do que se pretende produzir, é o planejamento, a antecipação do porvir e, mais que tudo, o controle do empreendimento. É o mapa que explicita e sinaliza aonde se quer chegar: é, ao mesmo tempo, o motor e o farol indispensáveis para percorrer qualquer caminho.

Sem um projeto, um cientista pesquisador é como um navegante num barco sem rumo, uma nau adiante ao sabor das marés. Sem projeto, na verdade, não há sequer um cientista ou pesquisador. Pode-se, no máximo, ter um leitor desorientado, nadando sufocado num mar de informações não passíveis de serem concatenáveis, jamais alguém fazendo ciência, menos ainda com metodologia científica. Isso porque,

se método é caminho, o projeto é justamente o mapa, o motor e o farol que guia o caminhar do cientista.

Com isso, no continente do **Projeto de Pesquisa Científica**, há 13 cidadelas interligadas que merecerão nossa atenção:

- 
- 1) Tema
 - 2) Delimitação do Tema
 - 3) Problema
 - 4) Hipótese
 - 5) Variáveis
 - 6) Objetivos Gerais
 - 7) Objetivos Específicos
 - 8) Justificativa
 - 9) Teoria de Base
 - 10) Metodologia de Trabalho
 - 11) Cronograma
 - 12) Ordenação do Tema
 - 13) Referências

Desde já é importante sinalizarmos um atrativo especial de nosso cruzeiro, um segredo a ser desvendado exata e tão somente no encontro presencial: há dutos subterrâneos secretos que ligam boa parte dessas cidadelas, de sorte que de uma, pode-se chegar às outras num verdadeiro salto quântico. Só por isso a estada neste continente deve ser profundamente aproveitada: saber tudo sobre cada uma dessas cidadelas e ainda por cima entender suas interligações ocultas.

Exijam muito do comandante no que tange à explicitação dos mecanismos que permitem essa interligação, pois, ao final da viagem, antes de conseguir aportar no destino final, uma cidade denominada *Aprovação na disciplina*, no exercício solo de navegação, a habilidade com esses mecanismos será essencial.

O terceiro e último continente visitado será justamente o dos Regramentos Formais da Produção Científica, que abrange, entre outras perspectivas, o uso das regras da ABNT. Trata-se de um pequeno continente, mas que exige o manuseio de distintas linguagens para nele transitar. Podemos equipará-lo à Europa, talvez mais precisamente à França ou Alemanha, de tantas regras rigorosas e detalhadas que abarca.

É o mundo das *normas técnicas*, onde, longe de qualquer reflexão filosófica, vale o conhecimento do detalhe daquilo que se convencionou como válido para a comunicação *científica*, um revestimento a mais, de natureza externa, uma mera roupagem usada para distinguir o que é ciência daquilo que não é, onde, vez por outra, pulula uma regra efetivamente útil. Somente os sedimentos colhidos no primeiro continente permitem explicar porque elas existem. Apenas explicar, jamais justificar.

Seja como for, haveremos de encontrar atrativos e equipamentos que permitam o melhor desfrute possível desse último continente, do, de qualquer forma, há que se colher material imprescindível para revestir a produção científica. Pode não ser o verniz mais colorido, mas é de fato o verniz indispensável para expressar uma

produção científica. A boa notícia é que se trata do último passo e que, portanto, já com saudades de casa, se estará chegando ao fim.

Um bom trabalho a todos, e um poema final para desconcertar, lembrar que metodologia é apenas lógica e que somos muito mais do que isso.

Caminante No Hay Camino

*Todo pasa y todo queda, pero lo nuestro es pasar, pasar haciendo caminos,
caminos sobre el mar.*

*Nunca perseguí la gloria, ni dejar en la memoria de los hombres mi canción; yo
amo los mundos sutiles, ingrátidos y gentiles,
como pompas de jabón.*

*Me gusta verlos pintarse de sol y grana, volar bajo el cielo azul, temblar
súbitamente y quebrarse...*

Nunca perseguí la gloria.

*Caminante, son tus huellas el camino y nada más; caminante, no hay camino, se
hace camino al andar. Al andar se hace camino y al volver la vista atrás se ve la
senda que nunca se ha de volver a pisar.*

*Caminante no hay camino
sino estelas en la mar...*

*Hace algún tiempo en ese lugar donde hoy los bosques se visten de espinos se oyó
la voz de un poeta gritar "Caminante no hay camino, se hace camino al andar..."*

Golpe a golpe, verso a verso...

*Murió el poeta lejos del hogar. Le cubre el polvo de un país vecino. Al alejarse le
vieron llorar. "Caminante no hay camino, se hace camino al andar..."*

Golpe a golpe, verso a verso...

*Cuando el jilguero no puede cantar. Cuando el poeta es un peregrino, cuando de
nada nos sirve rezar. "Caminante no hay camino, se hace camino al andar..."*

Golpe a golpe, verso a verso.

(Antonio Machado) (26 Julho 1875 – 22 Fevereiro 1939)

Car@s Estudantes,

Nesta etapa inicial, enquanto familiarizam-se com os mecanismos da plataforma na disciplina de Alfabetização Diigital, solicitamos a sua atenção no sentido de realizar a leitura simples, mas completa do texto a seguir.

Texto

Confira as primeiras noções o projeto de pesquisa científica e o que envolve ciência e metodologia!

Como fazer um Projeto de Pesquisa Científica

Carlos André Huning Birnfeld

Parte I - Questões Preliminares

O que é um Projeto de Pesquisa Científica?

✓ Projeto

Projeto é uma Idéia que se forma de executar ou realizar algo, no futuro; plano , intento, desígnio...

Trata-se de empreendimento a ser realizado dentro de determinado esquema

Projectu (latim): lançado diante para diante

✓ Pesquisa

Pesquisa consiste em ato ou efeito de pesquisar (buscar com diligência,, perquirir, investigar). É indagação ou busca minuciosa para averiguação da realidade; investigação, inquirição.

Investigação e estudo minudentes e sistemáticos, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento.

Perquisitum, perquirere (latim): investigar com cuidado

✓ Científico

Científico(a) é aquilo relativo à Ciência, que tem o rigor da ciência: método científico

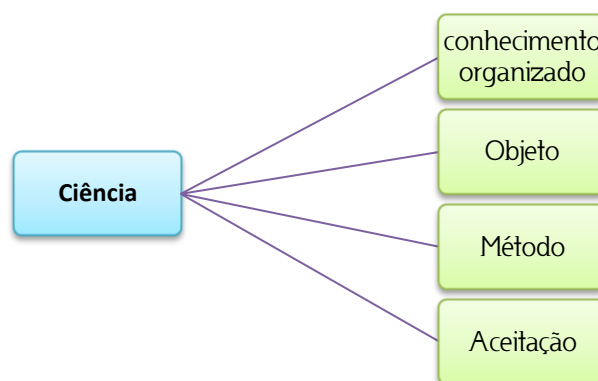
O que é Ciência?

✓ Ciência

Ciência é conhecimento. Conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto, especialmente os obtidos mediante a observação, a experiência dos fatos e um método próprio.

Scientia (latim): conhecimento

Observe, portanto, que o CONCEITO de CIÊNCIA apresenta pelo menos TRÊS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS, mas há um QUARTO ELEMENTO, oculto, implícito:



O que é Método Científico?

✓ Método

Método é caminho pelo qual se atinge um objetivo.

Programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado.

Methodos (grego): Caminho para chegar a um fim

✓ Metodologia

Metodologia é a arte de dirigir o espírito na investigação da verdade.

Methodos + log (grego)

✓ Método & Técnica

Técnica é procedimento científico específico utilizado por uma ciência determinada no quadro das pesquisas próprias destas ciências. (CERVO, 1983, p. 52)

Métodos são técnicas suficientemente gerais para se tornarem procedimentos comuns a todas as áreas. (CERVO, 1983, p. 52)

✓ Perspectivas de René Descartes (O Discurso do Método)

Nunca aceitar por verdadeiro o que não for evidente.

Dividir cada dificuldade em tantas partes quanto possível e necessário para resolvê-las.

Conduzir em ordem os pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e fáceis, para chegar, aos poucos, gradativamente, ao conhecimento dos mais compostos, trabalhando também com uma ordem de precedência de uns em relação aos outros.

Fazer em cada caso enumerações tão completas e revisões tão gerais que se tenha a certeza de não ter omitido nada.

✓ Etapas do método científico (Cervo, 2003)

Formular questões, problemas e/ou hipóteses.

Efetuar observações e medidas.

Registrar tão cuidadosamente quanto possível os dados observados com o intuito de responder às perguntas formuladas ou comprovar a hipótese.

Elaborar explicações ou rever conclusões que estejam em desacordo com o observado.

Generalizar as conclusões aos casos em que envolvam respostas similares (indução).

Prever que dadas certas condições é de se esperar certas relações.

✓ Procedimentos comuns e típicos do método científico:

Análise / Síntese

Indução / Dedução

✓ A Pesquisa Científica e suas diferentes classificações:

Utilidade: pura e aplicada

Tipo de abordagem: Quantitativa x Qualitativa

Técnica: Bibliográfica x Descritiva x Experimental

O que é mesmo um Projeto de Pesquisa Científica?

✓ Um projeto de pesquisa será a soma destes elementos:

PLANEJAMENTO DETALHADO sobre uma INVESTIGAÇÃO que se pretende MINUCIOSA e que tem a finalidade de produzir, para um ambiente científico específico

(CIÊNCIA ORGANIZADA), com a utilização do respectivo MÉTODO, e respeitando o OBJETO, um CONHECIMENTO VERDADEIRO.

✓ Para que serve um Projeto de Pesquisa Científica?

O projeto de pesquisa serve para PLANEJAR E GUIAR um futuro empreendimento que se destina a AGREGAR VERDADES a uma CIÊNCIA (respeitados os respectivos MÉTODO e OBJETO).

✓ *Este projeto resultará em expressão formal que provavelmente será uma publicação em:*

Artigo

Monografia

Dissertação – em nível de Mestrado

Tese – em nível de Doutorado

LEMBRANDO O OBJETIVO DA PESQUISA CIENTÍFICA:

AFIRMAR CIENTIFICAMENTE UMA VERDADE, que deve SER concomitantemente:

- a) UMA RESPOSTA SIGNIFICATIVA A UM PROBLEMA SIGNIFICATIVO
- b) RELATIVAMENTE ACEITÁVEL PELA CIÊNCIA RESPECTIVA (objeto, método e aceitação);
- c) RASTREÁVEL.

Car@s Cursistas,

Nesta segunda Etapa, analisaremos como fazer um projeto de pesquisa, quais seus elementos essenciais a fim de que vocês fiquem aptos para elaborar seus projetos, pois mais adiante será necessário construir o artigo de conclusão de curso onde executarão os objetivos traçados.

Estes conhecimentos serão úteis tanto para a finalização do curso posteriormente, quanto para a elaboração de outros trabalhos no decorrer das disciplinas e no futuro de estudos que lhe espera como Especialista em Educação em Direitos Humanos.

Texto

Confira a segunda parte do texto "Como fazer um projeto de pesquisa científica". Nele estão contidas questões práticas sobre o tema.

Como fazer um Projeto de Pesquisa Científica

Carlos André Huning Birnfeld

PARTE II - Questões Práticas

O que compõe um Projeto de Pesquisa Científica?

✓ Principais Elementos de um Projeto de pesquisa

Tema
Delimitação do Tema
Problema
Hipótese
Variáveis
Objetivo Geral
Objetivos Específicos
Justificativa
Teoria de Base

Metodologia de Pesquisa
Cronograma de Trabalho
Ordenação do Tema
Referências

✓ **Hipótese**

A hipótese é uma afirmação ou negação de uma verdade científica que se pretende comprovar.

Dica: A hipótese deve apresentar-se sempre com um verbo conjugado.

✓ **Problema**

O problema é, na prática, a hipótese com um ponto de interrogação.

✓ **Delimitação do Tema**

A delimitação do tema, em síntese, a hipótese transformada em substantivo.

✓ **Objetivo Geral**

O objetivo geral pode ser sintetizado pela seguinte concatenação:

Expressão “Demonstrar que ” + HIPÓTESE.

✓ **Variáveis**

Variáveis são elementos que variam, e de cuja variação depende a confirmação da hipótese e a solução do problema.

Dica: as variáveis estão sempre no próprio texto da hipótese. Ache-as brincando de caça-palavras. Consistem em substantivos.

✓ **Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos decorrem imediatamente das variáveis podem ser sintetizados pela seguinte concatenação:

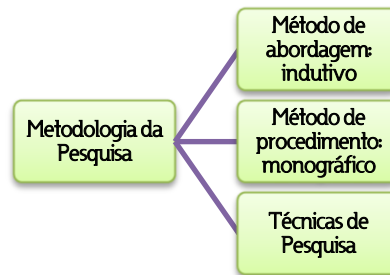
VERBO MENSURÁVEL + (...) + VARIÁVEL

✓ **A construção da justificativa do projeto**

Noção Geral
Finalidades justificativa

Finalidade acadêmica
Finalidade social e/ou moral
Teoria de Base
Validade Científica
Validade Lógica
Validade material (aprofundamento)

✓ Metodologia da Pesquisa



✓ Técnicas de Pesquisa

Bibliográfica
Experimental
Descritiva

✓ Pesquisa Bibliográfica

Pesquisa bibliográfica é a que se baseia em referências teóricas publicadas em documentos.

Documentos são todas as bases de conhecimento, fixado materialmente e, suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova.

Quanto a natureza podem ser fontes (ligado ao objeto de pesquisa) ou trabalhos (todo e qualquer estudo científico elaborado a partir das fontes ou outros trabalhos)

Quanto à forma podem ser manuscritos, impressos, digitados, etc. (tudo o que pode ser referenciado).

Trata-se de pesquisa qualitativa.

Seu procedimento é comumente monográfico ou ensaios e artigos científicos.

✓ Pesquisa Descritiva

É aquela que observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos: envolve fundamentalmente a coleta de dados do mundo físico ou cultural e algum tipo de sistematização dos mesmos.

Algumas formas pelas quais pode se apresentar a pesquisa Descritiva são:

- a) Estudo exploratório (pesquisa quase-científica: busca de mais informações, familiaridade)
- b) Estudo descritivo (Estudo das características, propriedades, ou relações existentes na comunidade, estudos, etc.)
 - c) Estudo de Caso
 - d) Pesquisa sobre Opinião
 - e) Pesquisa sobre Motivação
 - d) Pesquisa sobre Procedimento
 - e) Pesquisa sobre Comportamento
 - f) Outras pesquisas de campo

✓ Instrumentos da pesquisa descritiva:

Observação
Entrevistas
Questionário ou Formulário
Debates ou discussões
Tabulações e gráficos

✓ Pesquisa Experimental

Caracteriza-se por manipular diretamente as variáveis relacionadas com o objeto de estudo. Interfere-se diretamente na realidade, manipulando-se, sob controle, a variável independente, a fim de observar o que acontece na variável dependente. Busca a causa de um fenômeno.

Os tipos variam muito em conformidade com a área do conhecimento envolvida;

Novas perspectivas: a pesquisa participante e a pesquisa-ação

✓ Cronograma

O cronograma da pesquisa auxilia a organizar as suas etapas dentro do período disponível para a construção do trabalho, entrega e defesa. A seguir apresentamos um cronograma meramente ilustrativo:

Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2014			1	1	2	3	3	3	4	4	4	5
2015	5	5	6	6	7	7	7	8	9	10		

✓ Etapas:

- 1 – Preparação do Projeto
- 2 – Defesa do Projeto
- 3 – Levantamento bibliográfico e documental, coleta de dados
- 4 – Leitura e fichamento das obras
- 5 – Revisão Bibliográfica e análise crítica do material
- 6 – Redação Preliminar
- 7 – Redação para a defesa do trabalho de conclusão
- 8 – Entrega
- 9 – Defesa
- 10 – Entrega da versão definitiva da tese e respectivas cópias

✓ Técnicas acessórias de trabalho:

Fichamentos consistem em qualquer método que envolva destaque e seleção de conteúdos de textos de outros autores de interesse do pesquisador.

Resumos são a condensação de conteúdo, sem análise crítica ou interpretação. Deve ter o mesmo vocabulário do autor e seguir a mesma ordem do texto. O resumo deve ter: brevidade, clareza, fidelidade

Resenhas são condensações de texto diferentes dos resumos, mas também há a análise interpretativa do texto lido. É um resumo crítico, deve existir uma apreciação crítica sobre a obra. Como fazer a resenha? Primeiramente deve-se resumir o conteúdo e depois fazer a transição para a crítica, seguindo o esquema: introdução, desenvolvimento, conclusão e crítica (quando for feita à parte).

Caros alunos e alunas,

Verificaremos nesta etapa questões acerca da diferenciação entre os vários tipos de conhecimento. Assim, restará claro o quão importante é adequar a nossa pesquisa às regras metodológicas para que nossas produções acadêmicas revertam ciência efetivamente.

Texto

O texto a seguir apresenta a diferenciação entre os tipos de conhecimento e como ocorre a produção científica.

Falando sobre conhecimentos

Clarice Gonçalves Pires Marques

Ao refletir sobre o conhecimento, se faz necessária a breve análise sobre que tipo de conhecimento se busca na academia e em especial no curso de especialização em Educação em Direitos Humanos. Bem, dir-se-á que por óbvio, o conhecimento que se pretende é o científico, no entanto podem surgir algumas dúvidas: como diferenciar o conhecimento científico dos demais que se adquire ao longo da formação? O que é exatamente este conhecimento? Como produzi-lo? Assim, inicialmente pode-se mencionar que há vários tipos de conhecimento, cite-se o conhecimento filosófico, teológico, empírico e científico.

O conhecimento filosófico busca refletir sobre o mundo todo e sobre a humanidade, pretende encontrar respostas para questionamentos infundáveis:

A filosofia analisa tudo, procura uma “visão de conjunto” de toda a realidade. A análise filosófica, por sua vez, interessa-se por muitos problemas, dos quais se podem lembrar os principais: cosmológico (do mundo), gnosiológico (do conhecimento), antropológico (do homem), metafísico ou ontológico (do ser e sua origem), ético (do bem e do mal, moral), político (da sociedade), estético (da arte), pedagógico (da educação), linguístico, etc. Se as ciências procuram descobrir *como* agem as realidades materiais, a filosofia tem como objetivo descobrir o *porquê* de tudo. A filosofia é uma constante interrogação que o homem faz de si mesmo e da realidade: não é algo feito, acabado. (RAMPAZZO, 2005, p. 22-23)

O conhecimento teológico está relacionado à religião e é o conhecimento das revelações divinas e na fé:

A verdade pode ser encontrada tanto pelo caminho da *investigação* como pelo da *revelação*. O conhecimento teológico baseia-se exatamente nesta fé: Deus falou aos homens por meio de intermediários que transmitiram Sua mensagem. Podemos afirmar que a teologia é uma reflexão racional e sistemática que, porém, parte dos dados da fé e; por isso pressupõe a fé. [...] Então o *objeto* do conhecimento teológico são os dados da fé; e o *método* é procura da integração entre fé e razão. (RAMPAZZO, 2005, p. 23-24)

O conhecimento empírico é o mesmo conhecimento chamado de “senso comum” ou “popular”. É adquirido através de vivências e observações. Envolve a intuição e razão e trata-se do conhecimento da realidade, do dia-a-dia. Não se prende a métodos nem a sistemas. Na realidade, a partir do senso comum ou popular que são construídas as teorias científicas:

Popular é o conhecimento do povo, que nasce da experiência do dia-a-dia: por isso é chamado também de empírico. Por exemplo, uma criança conhece seus pais, fala a língua materna; ou, ainda, todo mundo sabe distinguir um gato de um cachorro; também não é necessário estudar direito para saber que cada sociedade possui suas normas e suas leis. É igualmente popular (ou vulgar) o conhecimento que, em geral, o lavrador iletrado tem das coisas do campo. Ele interpreta a fecundidade do solo, os ventos anunciadores de chuva, o comportamento dos animais; sabe onde furar um poço para obter água, ou quando cortar uma árvore para melhor aproveitar sua madeira, e se a colheita deve ser feita nesta ou naquela lua. Mas, sendo fruto da experiência circunstancial, esse conhecimento não vai além do fato em si, do fenômeno isolado: é um conhecimento *ametódico* e *assistemático*. Embora de nível inferior ao científico, o conhecimento popular ou empírico não deve ser menosprezado, pois constitui a base do saber e já existia muito antes do homem imaginar a possibilidade da ciência. (RAMPAZZO, 2005, p. 18-19)

Convém destacar, no entanto, que o conhecimento do senso comum, por vezes apropria-se das teorias científicas e acaba por resultar na sua modificação. Diversos exemplos poderiam ser mencionados neste sentido, mas destaca-se o fato de pesquisas científicas apontarem que o consumo excessivo de sal prejudica a saúde causando hipertensão. Ora, a população mesmo sem realizar exames específicos a fim de verificar se possuem ou não sensibilidade ao excesso de sal, por si reduzem o consumo para manterem-se mais saudáveis.

Verificados outros tipos de conhecimento, retomam-se as perguntas iniciais, pois já se verificou suas características sendo, agora, facilmente identificado o conhecimento científico, o qual se diferencia fundamentalmente pela adoção de métodos de pesquisa, sistematização, formalidade e rigor, distinguindo-se dos citados anteriormente.

O mundo construído pela ciência aspira à objetividade: as conclusões podem ser verificadas por qualquer outro membro competente da comunidade científica, pois a racionalidade desse conhecimento procura despojar-se do emotivo, tornando-se impessoal na medida do possível. Para ser precisa e objetiva, a ciência dispõe de uma linguagem rigorosa, cujos conceitos são definidos de modo a evitar a ambigüidade. (RAMPAZZO, 2005, p. 21)

Entretanto, embora a ciência busque a verdade através de métodos e técnicas específicos de cada ramo científico, como medicina, psicologia, direito, educação, física, dentre outras e, cada ciência possua sua linguagem específica, importa ressaltar que é apenas uma busca. Destaque-se que não existe verdade absoluta, posto que por vezes a ciência é obrigada a rever suas teorias frente a novas descobertas, contudo, carrega consigo a legitimidade de apresentar provas materiais de suas conclusões.

A produção do conhecimento científico ocorre através da aplicação dos métodos na investigação de um objeto de estudo, o qual pode ser um animal, um comportamento humano, uma sociedade, uma escola, um sistema de normas, um planeta, uma determinada obra, enfim, os objetos de estudo são infinitos, tal qual o universo.

Assim, inegável é que o pesquisador escolha um objeto de estudo que lhe desperte considerável interesse e dedicação, entretanto, isso não basta, pois a pesquisa deve ter uma finalidade, apresentar resultados relevantes à comunidade científica a fim de contribuir com o progresso da ciência, seja qual for o campo abordado. *A pesquisa relevante é aquela que é imediatamente útil, prática e relacionada com os problemas diários da sociedade.* (ESPÍRITO SANTO, 1992, p.157)

Por fim, cabe mencionar que o campo da Educação em Direitos Humanos possui muito a ser investigado, pois a sociedade necessita de retorno aos seus anseios frente a esta conjuntura atual, onde diversas questões permanecem sem retorno como a diversidade sexual e racial, a inclusão de alunos com necessidades especiais, gênero, a garantia dos valores fundamentais de dignidade e liberdade dentre outras tantas.

Bibliografia

ESPÍRITO SANTO, Alexandre do. Delineamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à Pesquisa: projetos e relatórios. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica para alunos de graduação e pós-graduação. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

- **Recomendação de Leitura:**

Recomenda-se a leitura da obra “Discurso do Método” de René Descartes.

Pessoal!

Nesta etapa vamos abordar a questão da redação científica, pois a elaboração de um trabalho acadêmico seja qual for a natureza, artigo, monografia, dissertação (mestrado), tese (doutorado), deve conter um mínimo de impessoalidade conforme se observará a seguir.

Texto

O texto a seguir aborda alguns enfoques da redação científica.

Caminhos da redação científica

Clarice Gonçalves Pires Marques

A construção de um trabalho científico perpassa sem dúvida pela questão da redação, pois como a ciência possui padrões rígidos e métodos de pesquisa definidos, não se pode fugir das formalidades, sob pena de ter o trabalho rechaçado por falta de elementos básicos de elaboração.

O distanciamento do pesquisador de seu objeto de pesquisa é essencial para a realização da mesma. Obviamente, este distanciamento é relativo, especialmente quando se trata de análise no campo das ciências humanas, como é o caso do curso de Educação em Direitos Humanos, pois o pesquisador está imerso no meio que visa pesquisar.

Além disso, a própria escolha do tema de pesquisa para o artigo já consiste em gosto pessoal, pois alguns escolherão por afinidade a questão da inclusão, outros acessibilidade, gênero, questões ético-raciais, pedagógicas, enfim. Entretanto a impessoalidade na elaboração do texto é fundamental e, ainda que a pesquisa resulte de um agir na vida profissional, de uma experiência de vida, o “EU” no texto deve ser completamente suprimido.

Manter a objetividade na escrita é uma necessidade, portanto, após a escolha do método de pesquisa e dos instrumentos a serem utilizados, os resultados devem ser claros e precisos. Referências como “percebi durante o estudo que a inclusão é um tema relevante”; “optei pelo tema tendo em vista a minha experiência profissional”; “os entrevistados responderam meus questionamentos”, “pesquisei na escola onde eu trabalho”; são expressões inaceitáveis na elaboração de um trabalho científico.

Recomenda-se que a redação obedeça, além das regras gramaticais, concordância verbal, de acentuação e pontuação da língua culta, também a utilização da escrita em terceira pessoa do singular ou plural. Assim, os exemplos mencionados seriam substituídos por: “percebe-se, com o desenvolvimento do estudo a inclusão é um tema relevante”; “a escolha do tema possui relevância tendo em vista a necessidade de aprofundar os estudos sobre gênero na prática docente”; “os entrevistados responderam aos questionamentos propostos”; “a pesquisa foi realizada na escola ‘X’”.

É certo que uma parcela de subjetividade comporá o trabalho, pois obtidos os resultados da pesquisa, será realizada a discussão destes resultados em considerações finais, aonde o autor de alguma maneira irá se posicionar e apontar perspectivas sobre o tema, contudo, conforme dito, respeitando a exigência da utilização da terceira pessoa de acordo com o destacado anteriormente. *Ao publicar um artigo, o cientista está, na realidade, publicando uma ideia.* (VOLPATO, 2007, p. 32)

Outro fator importante é a clareza do texto, torna-se imprescindível que o autor do artigo realize o coerente encadeamento de ideias possibilitando que o texto flua aos olhos dos leitores. Evitar repetições excessivas permite a compreensão do que se pretendeu expor. Uma boa dica para quem deseja escrever bem é praticar a leitura, pois enriquece o conhecimento de forma geral e amplia o vocabulário, permitindo o emprego de sinônimos e expressões equivalentes, evitando a escrita de um texto cansativo.

A prática da redação leva à excelência, pois quanto mais se escreve, maior é o domínio destas regras e melhor será a qualidade do texto. Um bom atleta treina por muito tempo até se transformar em um medalhista, em analogia, o mesmo ocorre com um bom escritor e pesquisador.

Bibliografia

BARRAL, Welber Oliveira. Metodologia da Pesquisa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

VOLPATO, Gilson. Bases Teóricas para a Redação Científica: ...por que seu artigo foi negado? São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2007.

Caros alunos e alunas:

Nesta etapa abordaremos os temas de pesquisa do Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, pois @s @alunos deverão adequar suas propostas de trabalho, ou seja, projetos e artigos, aos eixos temáticos disponíveis no curso. Assim, esclareceremos quais são as linhas de pesquisa, quais seus propósitos e por qual motivo é necessária esta limitação do objeto de estudo.

Texto

O texto a seguir discute sobre as linhas de pesquisa do curso.

Diálogos sobre eixos teóricos

Clarice Gonçalves Pires Marques

Os cursos de graduação e pós-graduação, seja em nível de especialização, mestrado ou doutorado, caracterizam-se por eixos teóricos. Mas o que são estes eixos? Bem, trata-se da área de interesse de pesquisa de determinado programa. Por exemplo, em uma especialização na área de fisiologia, poderíamos nos deparar com dois eixos teóricos: fisiologia animal e fisiologia humana. Assim, dentro deste campo seriam escolhidas outras especificidades como, por exemplo, dentro da análise da fisiologia humana, poderia se pesquisar as funções de determinada célula cerebral.

No caso do Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos (EDH), duas questões são fundamentais: educação e direitos humanos. Sendo assim, o curso possui três áreas de interesse, ou linhas de pesquisa ou eixos teóricos, os quais se dividirão em diversas especificidades conforme se verá adiante.

No entanto, pode surgir uma dúvida: por que tanta especificidade? A resposta advém da própria idéia de conhecimento científico, pois quanto melhor delimitado for o objeto de estudo, mais concisa será a pesquisa. Não se pode estudar o todo em um trabalho científico, sob pena de expor informações demasiadas sem conseguir, no entanto, aprofundar-se adequadamente em nenhuma delas. Para a realização de pesquisas na EDH, estão disponíveis os eixos a seguir apresentados, e junto a eles, as disciplinas que os fundamentam.

FUNDAMENTOS EM DIREITOS HUMANOS	
Disciplinas	<ul style="list-style-type: none">✓ Fundamentos Históricos da Educação em Direitos Humanos;✓ Fundamentos Ético-Filosóficos da Educação em Direitos Humanos;✓ Fundamentos Jurídicos da Educação em Direitos Humanos;✓ Fundamentos Políticos da Educação em Direitos Humanos.

Descrição	Estudo teórico-prático dos princípios históricos, ético-filosóficos, jurídicos e políticos fundamentando a educação em direitos humanos.
DIVERSIDADE NOS DIREITOS HUMANOS	
Disciplinas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diversidade nos Direitos Humanos; ✓ Diversidade e Gênero; ✓ Diversidade e Relações Étnico-raciais.
Descrição	Estudo teórico-prático sobre a diversidade, o gênero e as relações étnico-raciais e a presença destes nos direitos humanos.
DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR E SEU ENTORNO	
Disciplinas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fundamentos Educacionais da Educação em Direitos Humanos; ✓ Plano de Ação em Educação em Direitos Humanos; ✓ Direitos Humanos: Ambiente Escolar e Práxis Pedagógica.
Descrição	Estudo teórico-prático sobre educação, a escola e a sociedade tendo em vista a formação de uma cultura fundada nos princípios e valores que constituem os direitos humanos.

Conforme pode ser apreciado no quadro esquemático cada eixo temático possui uma concentração de disciplinas que são afins àqueles assuntos específicos e servirão de esteira para a construção da pesquisa em determinada área. Desse modo, @ alun@ que opte por pesquisar na área de “Diversidade nos Direitos Humanos” precisará dar especial atenção àquelas disciplinas afeitas a linha escolhida, sem, no entanto, descuidar das demais, as quais também lhe trarão subsídios indispensáveis.

Ainda, a partir, dos eixos temáticos ou linhas de pesquisa, verifica-se os temas em que podem ser realizadas as pesquisas, pois estas serão orientadas por um professor-orientador ou professora-orientadora. Estes temas são relacionados com os campos de atuação dest@s professor@s, pois não se pode orientar sobre um assunto do qual não se possui domínio. Assim, a seguir, se observará as sugestões de temas que podem ser escolhidos dentro das linhas de pesquisa, a saber:

FUNDAMENTOS EM DIREITOS HUMANOS

1. *Análise Urbano – Regional e sua relação com a educação em direitos humanos;*
2. *Dialética exclusão/inclusão- conflitos urbanos e cultura urbana;*
3. *Fundamentos teóricos em Direitos Humanos e Fundamentos Jurídicos da Educação em Direitos Humanos;*
4. *Fundamentos Políticos da Educação em Direitos Humanos;*
5. *Direitos Humanos e Fundamentais no contexto ambiental, consumerista e da Administração Pública;*
6. *Cidadania e Direitos Humanos;*
7. *Fundamentos Jurídicos e Efetividade dos Direitos Humanos;*
8. *Direitos sociais;*
9. *Proteção da saúde, educação, previdência;*
10. *Remédios processuais e acesso à justiça.*
11. *Criança, adolescente e direitos humanos/sociais;*
12. *Políticas sociais, participação, cidadania e materialização dos direitos*

humanos/sociais;

14. Violência doméstica e/ou escolar e in (visibilidade) dos direitos humanos/sociais;

15. História e contemporaneidade dos Direitos Humanos;

16. Os Direitos Humanos e Fundamentais: fundamentação filosófica, garantias legais e eficácia;

17. A Construção da Cidadania e de Relações Democráticas no Estado de Direito Brasileiro;

18. As Esferas da Justiça e os Direitos Humanos;

19. Direitos Humanos e Verdade: rememorando a história brasileira recente em busca da plena reconciliação e construção de um Estado Democrático de Direito;

20. Direito Internacional dos Direitos Humanos: garantias formais e obstáculos práticos;

21. Democracia: direitos humanos e liberdade de expressão;

22. Direitos fundamentais e direitos sociais nas políticas públicas;

23. Direito Constitucional Internacional;

24. Direitos Humanos no Mercosul;

25. Fundamentos Filosóficos: Eqüidade, Cidadania, Tolerância.

DIVERSIDADE NOS DIREITOS HUMANOS

1. Proteção da mulher no mercado de trabalho;

2. Dignidade da pessoa humana e diversidade;

3. A diversidade e a afetividade frente aos direitos humanos;

4. Educação, direitos humanos e inclusão social;

5. Direitos humanos e práticas discriminatórias;

6. Direitos humanos e ações afirmativas;

7. Direitos humanos e a educação no Estatuto da Criança e do Adolescente;

8. Gênero e infância;

9. Gênero e juventude;

10. Relações etno-culturais;

11. As relações étnico-raciais na sociedade contemporânea;

12. Gênero e identidade na sala de aula;

13. Discutindo a Categoria Gênero: um olhar social, histórico e jurídico sobre “o lugar” das mulheres na contemporaneidade;

14. Gênero e Trabalho;

15. Diversidade nos Direitos Humanos;

16. Diversidade e Gênero;

17. Diversidade e Relações Étnico-raciais.

DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR E SEU ENTORNO

1. Políticas públicas de inclusão na escola;

2. Dignidade Humana e acessibilidade no ambiente escolar;

3. Assédio Moral no ambiente escolar;

4. Responsabilidade Civil na educação e no ambiente escolar;

5. Cultura para a paz na educação em direitos humanos;

6. Direitos Humanos - a escola e seus conflitos;

7. Direitos da Pessoa com Deficiência: inclusão cidadã e escolar;

8. Direitos Humanos e a educação no contexto da criança hospitalizada.

Obviamente estas sugestões não esgotam as possibilidades de temas a serem abordados, pois a questão da educação em direitos humanos é rica nesse sentido, podendo ser abordados os mais variados temas desde que dentro da proposta do curso e dentro de uma linha de pesquisa.

Por isso, não perca tempo, escolha o eixo temático de seu interesse, o tema de sua pesquisa, delimite seu objeto, construa o seu projeto e converse com @s professor@s-orientador@s para que lhe auxiliem na produção do seu artigo científico, indicando as leituras apropriadas ao tema, instrumentos de pesquisa dentre outras orientações.

Bibliografia

BARRAL, Welber Oliveira. Metodologia da Pesquisa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

Reservamos nossa última etapa para os *Regramentos Formais da Produção Científica*. Método Científico, muito mais do que o uso de regras de expressão científica, envolve todo o arsenal da racionalidade vinculado à produção de conhecimento científico: problemas, hipóteses...variáveis, etc.

Nesta perspectiva, a principal coisa a ser dita sobre os *Regramentos Formais da Produção Científica* é que de fato envolvem a parte mais fácil de tudo. Mais que isto: trata-se do momento em que @ alun@ do sistema presencial e @ alun@ à distância encontram-se praticamente em pé de igualdade, eis que só aprendem com eficiência este tema com o mesmo método: fazendo.

É verdade que algumas trilhas iniciais devem ser apontadas, o que fazemos aqui em nosso pequeno texto “*O que há de essencial nos Regramentos Formais da Produção Científica*”. Afora isto, o resto é pura prática. Acredite e vamos à luta, com derradeiras tarefas de puro aprendizado. A boa notícia é que são mais fáceis do que tudo que até agora já se passou - por mais difíceis que pareçam à primeira vista.

Texto

O texto a seguir destaca as trilhas iniciais rumo às normas técnicas de elaborações do trabalho científico.

O que há de essencial nos Regramentos Formais da Produção Científica

Carlos André Huning Birnfeld

A rigor, como já se viu, regramentos formais da produção científica devem advir, a priori, da própria academia, de sorte que o formato da produção científica de cada área e, quiçá, de cada universidade, teria como único norte o conjunto de decisões a esse respeito do respectivo corpo científico dirigente.

Todavia, num contexto onde as diferentes *academias* operam numa verdadeira *rede de conhecimento*, uma disparidade de padrões poderia levar à uma boa possibilidade de desentendimentos, para não falar numa verdadeira *confusão*. Essa, todavia, não é apenas uma *confusão* possível no mundo da academia, mas no universo do comércio e da produção globalizada também.

Neste sentido, desde o início do século XX, observa-se a preocupação com a normatização de padrões comuns para que os distintos níveis de produção (industrial, comercial ou acadêmico) possam minimamente *conversar* entre si. Ponto culminante deste processo é a criação das normas ISO, as quais, capitaneadas pela ISSO - *International Organization for Standardization*, abrange hoje mais de 160 países que

buscam, em essência, padronizar a forma como seus distintos processos produtivos *conversem*, num universo que vai desde produtos eletrônicos e seus padrões até os formatos da própria academia.

Fundada em 1940, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. É uma entidade privada, sem fins lucrativos, reconhecida como único Foro Nacional de Normalização através da Resolução n.º 07 do CONMETRO, de 24.08.1992. É membro fundador da própria ISO (International Organization for Standardization).

Assim, sem prejuízo da própria autonomia, as universidades brasileiras restam por adotar, voluntariamente, no todo ou em parte, normas padronizadas para expressão científica emitidas pela ABNT. A boa notícia é que de fato *não são tantas normas assim*, nem tampouco se trata de um *bicho de sete cabeças*. Embora tenhamos sete *pedaços* importantes.

De qualquer forma é preciso ter claro, desde já, que é possível **resolver 90% de nossos problemas** de produção científica em termos de *formatação metodológica* basicamente com o auxílio de **apenas três normas técnicas** que tratam de Informação e documentação acadêmicas :

1) a ABNT NBR 14.724:2005 (13 páginas) – que trata da **apresentação dos trabalhos acadêmicos em geral**;

2) a ABNT NBR 10520:2002 (7 páginas) – que trata da apresentação de **citações** em documentos e;

3) a ABNT NBR 6023:2002 (24 páginas) – que trata da elaboração de **referências**.

Os **outros 10%** dos problemas de formatação para produção científica se resolverão facilmente com o auxílio de **outras quatro pequenas normas técnicas** que tratam de Informação e documentação acadêmicas :

4) a ABNT NBR 6028:2003 (2 páginas) – que trata da apresentação de **resumos**;

5) a ABNT NBR 6027:2003 (2 páginas) – que trata da apresentação de **sumários**;

6) a ABNT NBR 6024:2003 (3 páginas) - que trata da apresentação da numeração progressiva das seções de um documento e

7) a ABNT NBR 6.022:2003 (5 páginas) – que trata especificamente das regras para **apresentação de artigo em publicação periódica científica impressa**.

Portanto, tenha claro que para resolver TODOS seus problemas em matéria de formatação científica , você não precisa mais do que 56 páginas orientadoras, cuja leitura, ademais se recomenda seja feita exatamente na hora de fazer seu trabalho científico - que muito provavelmente se resolverá, na prática, com 10 ou 20 páginas lidas, que corresponderão às suas efetivas necessidades. E não há nenhum sentido em decorar tais regras (eis que comumente elas mudam). Apenas leia e aplique. Normalmente seu conteúdo é de fato muito direto e explícito.

Assim, se você já gastou somas consideráveis de seu suado dinheiro para que alguém colocasse um texto seu na formatação científica, tenha claro de que este alguém se foi muito competente, basicamente leu seu trabalho tendo estas seis pequenas normas abertas em cima da mesa, fazendo alterações pontuais aqui e acolá.

Se não foi competente, foi alguém que “já estava acostumado a fazer” e que provavelmente aplicou formatações que um dia aprendeu e que infelizmente hoje não se aplicam mais, dada a revisão das normas. Em nossa experiência docente já encontramos, infelizmente, centenas de vítimas destes *formatadores (bem pouco)*

profissionais. Portanto, confie em você, contanto que tenha posse das referidas normas.

Derradeiramente, neste particular, seu problema se restringe, basicamente, a “onde encontrar” estas normas. Esta não é, de fato, tarefa difícil. Observe que o *site* da ABNT dispõe a opção de assinaturas <http://www.abnt.org.br/> das referidas normas, sendo que a própria FURG é assinante do sistema, dispondo das referidas normas completamente atualizadas para consulta.

Além disso, há publicações específicas das mesmas, disponíveis nas bibliotecas em geral. Outrossim, embora a própria ABNT não disponibilize na internet, alguns usuários destas normas (não se tem notícia de quais bases contratuais os autorizaram a tal) disponibilizaram-nas na internet, para simples leitura, como se pode verificar no domínio <http://www.4shared.com/>, onde basta inserir a palavra ABNT no campo *Search* (busca) para acessá-las, entre outros locais, tais como <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppgaarq/arquivos/files/6022Artigoempublicaoperidicacientificaimpressa.pdf> (ABNT 6022) ou <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/pdf/abntnabr6023.pdf> (ABNT 6023).

Como já se referiu, trata-se de *normas técnicas*, onde, longe de qualquer reflexão filosófica, vale o conhecimento do detalhe daquilo que se convencionou como válido para a comunicação *científica*, um revestimento a mais, de natureza externa, uma mera roupagem usada para distinguir o que é ciência daquilo que não é, a casca da fruta, o verniz da casa.

Além deste sentido meramente formal, padronizador da expressão, vez por outra, ocorre uma regra efetivamente útil além da mero objetivo de padronização, como de fato ocorre com as ABNT NBR 6023 e 10.520 as quais, em conjunto, orientam a utilização adequada de textos alheios na produção científica, evitando assim, que o novel *cientista* acabe com problemas com a Justiça por violar direitos autorais alheios.

Neste particular, ressalta-se o Art. 46, inciso III da lei 9.610/1998 (lei dos Direitos Autorais, acessível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm), o qual assinala que não constitui ofensa aos direitos autorais: **“a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra”**.

Assim, a **citação** adequada da obra de referência, com base na norma da ABNT 10.520, com sua adequada **referenciação**, nos termos da norma da ABNT 6.023 opera em consonância com o referido artigo, evitando, na hipótese, que se possa configurar violação de direito autoral. Por derradeiro, convém sinalizar três *dicas* que de fato simplificam um pouco o uso destas normas:

- a) A ABNT NBR 10.520 orienta sobre as citações, sendo que, em síntese todo o foco da norma aponta para o uso do chamado sistema autor-data, pelo qual, ao inserir um trecho alheio em sua obra, para citar o autor respectivo, basta, na maioria dos casos, entre parênteses, citar, em letras maiúsculas (caixa alta) o último sobrenome do autor, uma vírgula, o ano da obra, outra vírgula, e a respectiva página, sendo inclusive dispensável o sobrenome do autor quando este já tiver sido citado no próprio texto, tal como se vê nos exemplos:

“Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...]” (DERRIDA, 1967, p. 293).

Barbour (1971, p. 35) descreve: “O estudo da morfologia dos terrenos [...] ativos [...]”

b) A ABNT NBR 6.023, por sua vez, complementa justamente a aplicação da ABNT NBR 10.520, orientando, principalmente, sobre como, ao final do texto, organizar as **Referências**, que nada mais são do que a lista completa das obras citadas, desta vez com detalhamentos que permitam efetivamente buscar a obra. Ressalte-se, neste particular, que, nos exemplos acima, ninguém é efetivamente capaz de adivinhar de que obra se trata com expressões como “Barbour (1971, p. 35)” ou “(DERRIDA, 1967, p. 293)”. Justo para este fim é que se encontram, ao fim do texto, as ditas **referências**, organizadas em ordem alfabética, onde o leitor da obra, localizando o sobrenome e o ano, poderá procurar a obra. Permitir que se faça a *referência*, de forma correta é, portanto, a função da ABNT NBR 6.023, que só é a mais longa de todas justamente porque há muitas fontes de conhecimento distintas, a requerer orientação específica (livros, artigos, material da internet, discos, filmes, palestras, esculturas, etc.). Na verdade, a imensa maioria das referências, no nosso universo, cingir-se-á a livros – e no fundo é exatamente o padrão de referência dos livros que, com pertinentes variações (que devem ser buscadas caso a caso nas próprias normas sempre que necessário) que orienta os demais. Não custa trazer, justo por isso, esse exemplo: **os elementos essenciais, para citação de livros são: autor. Título. Edição. Local: editora, e data de publicação** . Note-se que os elementos são, em geral, separados por *ponto* (autor, título, etc.), salvo a editora, que é separada do local por *dois pontos*(:) e o ano, que é separado da editora por *vírgula*(,). Quando se tratar de obras consultadas online, também são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referentes a hora, minutos e segundos. Afora estas regras, as normas vão orientar como proceder quando um dos dados não estiver disponível, quando houver mais de um autor, entre os detalhamentos pertinentes aos distintos veículos. Veja-se os exemplos abaixo:

GOMES, Luis Antônio. *Novela e sociedade no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1998.

ALVES, Castro. **Navio negreiro**. ISL: Virtual Books, 2000. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2002, 16:30:30.

c) A ABNT NBR 14724 é fato a mais elementar para trabalhar, e traz, num didático esqueleto, tudo o que deve conter um trabalho científico desde um ponto de vista formal, desde a primeira letra até a última, com uma seção explicativa sobre cada uma. O que nela não estiver, não tenha dúvida, não precisa:

Estrutura	Elemento	Seção
Pré-textuais	Capa (obrigatório)	4.1.1
	Lombada (opcional)	4.1.2
	Folha de rosto (obrigatório)	4.1.3
	Errata (opcional)	4.1.4
	Folha de aprovação (obrigatório)	4.1.5
	Dedicatória(s) (opcional)	4.1.6
	Agradecimento(s) (opcional)	4.1.7
	Epígrafe (opcional)	4.1.8
	Resumo na língua vernácula (obrigatório)	4.1.9
	Resumo em língua estrangeira (obrigatório)	4.1.10
	Lista de ilustrações (opcional)	4.1.11
	Lista de tabelas (opcional)	4.1.12
	Lista de abreviaturas e siglas (opcional)	4.1.13
	Lista de símbolos (opcional)	4.1.14
	Sumário (obrigatório)	4.1.15
Textuais	Introdução	4.2.1
	Desenvolvimento	4.2.2
	Conclusão	4.2.3
Pós-textuais	Referências (obrigatório)	4.3.1
	Glossário (opcional)	4.3.2
	Apêndice(s) (opcional)	4.3.3
	Anexo(s) (opcional)	4.3.4
	Índice(s) (opcional)	4.3.5

Estas três dicas, evidentemente, não tem o condão de simplificar todas estas normas, mas permitem, com certeza, que se veja *as linhas deste horizonte*. Além disto, uma leitura descompromissada das mesmas, como de quem olha uma revista de curiosidades, com certeza fará muito bem para completar o aprendizado. Não deixe de fazê-lo nesta perspectiva, ainda que isso possa ser pedido como tarefa.

- **Recomendação de Leitura:**

Leia a Lei dos Direitos Autorais, Lei nº 9.610/98 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm, pois utilizar textos ou partes de textos no seu trabalho científico sem fazer referência ao autor e obra dentro das especificações da ABNT é crime e invalida seu trabalho.



*Uma luz azul me guia
Com a firmeza e os lampejos do farol
E os recifes lá de cima
Me avisam dos perigos de chegar
Angra dos Reis e Ipanema
Iracema, Itamaracá
Porto Seguro, São Vicente
Braços abertos sempre a esperar
Pois bem, cheguei
Quero ficar bem à vontade
Na verdade eu sou assim
Descobridor dos sete mares
Navegar eu quero*

(O Descobridor dos Sete Mares - Tim Maia)

Parte III

Trabalho de Conclusão de Curso

Esta disciplina aspira auxiliar @s alun@s quanto a elaboração do trabalho de conclusão de curso a partir dos conteúdos já ministrados em Metodologia de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos, orientação dos professores, dicas relevantes, regras da ABNT, bem como regras pertinentes ao curso em relação à orientação dos trabalhos e na apresentação dos artigos.



Prezad@s Alun@s,

Esta disciplina visa auxiliar na construção do TCC e apresentar os procedimentos necessários para a orientação, elaboração e apresentação do seu artigo. Fiquem atent@s às regras de orientação, formatação e prazos. Lembre-se, não deixe para postar as suas atividades na última hora, pois sempre estamos sujeit@s a externalidades como falta de energia elétrica, mau funcionamento de sistemas de internet e imprevistos em geral.

Explore bem as informações disponibilizadas e tenham em mãos os conteúdos da disciplina de Metodologia de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos Humanos, pois as duas disciplinas são complementares. Não fique com dúvidas, esclareça suas indagações junto aos professores orientadores através do diário de bordo específico desta disciplina e interaja através do fórum.

Desejamos um excelente trabalho,

Abrços.

Coordenação do PGEDH.

Forum Bate-Papo.

Participe do fórum bate-papo de nossa disciplina a fim de abordar questões relacionadas com a elaboração de trabalhos. Fique a vontade para abrir novos tópicos e propor novas discussões temáticas. Troque experiências com @s coleg@s!

Diário de Orientação

O Diário de Orientação estará disponível na disciplina de TCC é um espaço privativo onde você deve registrar suas dúvidas e receber orientações d@s professor@s. Outros meios também poderão ser utilizados como mensagens, chats e fóruns. Aproveite e utilize todas as ferramentas disponíveis para você, pois há uma equipe inteira de profissionais para atendê-l@.

Texto

O texto a seguir aborda questões do papel do Professor - Orientador na pesquisa, elaborações de projetos e do trabalho de conclusão de curso.

*Estou na estrada
Ou a estrada é que está em mim
Tenho pressa
Será que a estrada é que não tem fim
Em cada curva uma vontade
Em cada reta uma ilusão
Se eu queria uma resposta
Só encontro interrogação
O tempo passa
Ou será que quem passou fui eu
Vou em frente
Não conheço outra direção
Se estou sozinho não é meu destino
Se estou perdido sinto a solidão
Se estou sozinho não é por acaso
Se estou perdido entrei na contra-mão.
(A Estrada - Titãs)*

Qual a função do professor-orientador?

*Carlos Alexandre Michaello Marques e
Clarice Gonçalves Pires Marques*

O trecho da música acima fala de alguém ansioso, procurando uma direção. Em certos momentos o aluno-pesquisador poderá compartilhar desta mesma sensação, porém, ao contrário do que possa imaginar, não estará sozinho na “sua estrada”. A concretização de um projeto de pesquisa resultará em uma produção científica a qual, no âmbito do curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, trata-se de um artigo. Assim, no desenvolvimento deste trabalho surge a figura do professor-orientador ou professora-orientadora. Entretanto, cumpre esclarecer qual é a função deste profissional diante deste processo de elaboração.

A orientação deve começar desde o momento que o aluno escolhe o tema que vai tratar e delimitar. Já nesta fase, o Orientador começa a atuar e cabe-lhe indicar ao pesquisador iniciante os métodos a seguir [...] (CIRIBELLI, 2003, p. 90) Assim sendo, a escolha do professor-orientador começa antes mesmo da elaboração do projeto de pesquisa, pois é ele ou ela quem vai indicar os rumos a serem seguidos.

Desse modo, tendo em vista que possui experiência, mostrará aos alunos a viabilidade do projeto ou não. A relação orientando/orientador é complexa e não raro é necessária alguma sintonia, afinidade entre os dois para o bom andamento do projeto.

Contudo, esclareça-se que não se trata de relação de dependência, pois o Orientando deve estar munido de iniciativa para escrever, encaminhando tópicos integrais de seus trabalhos para serem analisados pelos professores. Ressalte-se que não se deve confundir iniciativa com arrogância acadêmica, pois é necessário seguir as orientações do Orientador sem considerar suas observações e correções como ofensas pessoais. Neste processo a humildade também é fundamental. Confiança, cooperação e humildade são palavras-chave para um trabalho de sucesso.

A opinião do Professor Orientador é (sempre) muito importante. Há casos em que o Orientando precisa até abandonar o tema escolhido e mudar de assunto, por concluir que é impossível desenvolvê-lo ou por falta de fontes de informação ou por falta ainda de um conhecimento mínimo do assunto por ele pesquisado. Aconselhamos que o aluno não recue, não tenha medo de trocar o seu tema. O Orientando deve, neste caso, acatar com humildade a opinião do Orientador, mesmo quando este pedir que reescreva algum capítulo ou que reveja algum ou corrija algum parágrafo do seu texto. (CIRIBELLI, 2003, p. 91).

Assim, o papel fundamental do Professor-Orientador é auxiliar o Orientando na sua trajetória enquanto pesquisador, indicando a base teórica a ser estudada, metodologia, instrumentos de pesquisa, normas de formatação, organização estrutural do projeto e do trabalho em si, indicar correções e alternativas em relação a trechos obscuros ou confusos. [...] *o Orientador é um amigo, que precisa ser exigente, porque só assim estará lhe ajudando.* (CIRIBELLI, 2003, p. 91).

Todavia, importante ressaltar que as correções de ordem gramatical e ortográficas não podem ser deixadas sob responsabilidade do Professor-Orientador, pois nem sempre estes terão formação específica para tal, mas uma vez indicadas deve ser levadas a efeito. Desse modo sugere-se, quando necessário, seja o trabalho revisado por um especialista da área de Letras.

Por fim, uma boa comunicação entre Orientadores e Orientandos é indispensável, casos de Orientandos que não seguem as orientações e simplesmente somem sem dar qualquer satisfação para os Orientadores não são incomuns. O inverso também ocorre algumas vezes quer pelo excesso de Orientandos em algumas instituições, quer por falta de tempo do professor envolvido com muitas atividades concomitantes, portanto, manter o diálogo constante é a melhor maneira de desenvolver um bom trabalho.

Aproveite para sorver todas as lições do seu Orientador, construa o seu conhecimento a partir das orientações dele. Quanto mais ele lhe exigir, tanto melhor será o resultado do seu trabalho e mais facilmente você realizará a sua defesa, posto que dominará plenamente sua pesquisa.

Bibliografia

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

FREITAS, Sidnéia G. Manual da qualidade em projetos de comunicação. São Paulo: Pioneira, 2002.

Veja a seguir as regras para a orientação dos trabalhos de conclusão de curso:

Regras para orientação do trabalho de conclusão de curso

Considerações Preliminares

A orientação dos trabalhos de conclusão de curso será objeto de disciplina específica, a ser disponibilizada na plataforma Moodle conforme as demais disciplinas trabalhadas. Nesta disciplina serão resgatados conceitos já analisados em Metodologia, bem como disponibilizadas normas técnicas mínimas e materiais necessários à produção do Projeto de Pesquisa e Artigo Científico, cabendo aos alunos e alunas buscar manuais de normas técnicas e bibliografia sobre metodologia científica sob a orientação d@s professor@s Orientador@s.

@s alun@s deverão escolher uma das linhas de pesquisa e elaborar seu projeto e trabalhos dentro das temáticas:

1) FUNDAMENTOS EM DIREITOS HUMANOS

A linha de pesquisa comporta o estudo teórico-prático dos princípios históricos, ético-filosóficos, jurídicos e políticos fundamentando a educação em Direitos Humanos. As disciplinas relacionadas são Fundamentos Históricos da Educação em Direitos Humanos, Fundamentos Jurídicos da Educação em Direitos Humanos e Fundamentos Políticos da Educação em Direitos Humanos.

2) DIVERSIDADE NOS DIREITOS HUMANOS

Esta linha de pesquisa destina-se ao estudo teórico-prático sobre a diversidade, gênero e as relações étnico-raciais e a presença destes nos Direitos Humanos. As disciplinas relacionadas são Diversidade: Sexualidade e Orientação Sexual, Diversidade e Gênero, Diversidade e Relações Étnico-Raciais.

3) DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR E SEU ENTORNO

A linha de pesquisa aborda o estudo teórico-prático sobre educação, a escola e a sociedade tendo em vista a formação de uma cultura fundada nos princípios e valores que constituem os Direitos Humanos. As disciplinas relacionadas são Fundamentos Educacionais da Educação em Direitos Humanos, Plano de Ação em Direitos Humanos e Direitos Humanos: Ambiente Escolar e Práxis Escolar.

Estarão disponíveis para orientar Professor@s e Professor@s-Tutor@s distribuídos pelas linhas de pesquisa de acordo com a opção d@s alun@s. A indicação do orientador ocorrerá na 1ª versão do projeto a ser postado via plataforma e confirmada no projeto definitivo, através da disciplina já mencionada, em acordo com o cronograma da mesma.

@s discentes devem aguardar o aceite d@s orientador@s. Caso não seja indicado orientador ou a indicação seja inapropriada a adequação ficará a cargo da Coordenação de Curso. A orientação será realizada via plataforma, através do Diário de Orientação, fórum e chats, bem como presencialmente em encontros que serão previamente agendados e divulgados para @s cursistas.

A Coordenação de Curso determinará as datas de entrega dos Trabalhos de Conclusão de Curso bem como das defesas orais. Reserva-se ainda ao direito de formar

as bancas de avaliação respeitados os critérios de afinidade dos avaliadores com os temas defendidos.

Será disponibilizado para os discentes um termo no qual assumirão todas as responsabilidades pela utilização inadequada de publicações alheias respondendo penal e civilmente pela prática de plágio. A recusa na entrega do termo de responsabilidade devidamente assinado em conjunto com o Trabalho de Conclusão de

Curso implica em não recebimento do artigo e conseqüente reprovação d@ alun@.

Diretrizes para a Orientação

1 - @s Orientador@s não farão correção gramatical, no entanto, indicarão a necessidade de revisão, quando for o caso, o que deve ser seguido pel@s Orientand@s;

2 - @s Orientador@s indicarão correções de metodologia e de normas técnicas como formatação, referências e notas de rodapé. @s orientand@s devem consultar as regras de formatação do TCC publicadas na disciplina e em materiais específicos indicados pel@s professor@s;

3 - Antes mesmo da leitura do trabalho por parte d@ orientador@, @ alun@ poderá enviar dúvidas a respeito de seu tema através da plataforma moodle. Entretanto, @s orientador@s responderão apenas perguntas específicas, atinentes ao tema do TCC;

4 - @s orientador@s não farão leitura de pequenos trechos do trabalho, eis que a leitura ficará comprometida em seu sentido. O trabalho será lido, em sua

integralidade, ou tópicos completos, até a remessa pelo aluno, da 1ª versão do projeto e do TCC, para o seu orientador. Assim também ocorrerá com as versões definitivas;

5 - A escolha do tema do TCC e a pesquisa são de responsabilidade do aluno. Os orientadores analisarão a profundidade e amplitude da pesquisa e sua atualidade, bem como a pertinência do tema escolhido pelo pós-graduando. Caso o Orientador entenda por bem que o tema seja alterado, esta decisão deve ser considerada pelo Orientador;

6 - A primeira análise realizada pelo orientador comportará as seguintes situações:

a) fará comentários/observações com base em sua 1ª versão do projeto de pesquisa para que o aluno ajuste o que for necessário para a versão final;

b) aprovará a 1ª versão ou indicará modificações do projeto significando, para o aluno, que não precisará proceder a nenhuma alteração em seu trabalho ou que precisará de ajustes;

c) a versão definitiva do projeto será considerada para fins de avaliação do artigo, pois a adequação do TCC ao projeto é um dos critérios analisados pelas bancas de avaliação;

d) o artigo em 1ª versão deverá ser encaminhado em prazo hábil para que o Orientador possa revisá-lo antes da postagem e sejam realizados ajustes caso necessário;

e) fará comentários/observações com base em sua versão definitiva do projeto de pesquisa para que o aluno ajuste o que for necessário para a versão final;

7 – Em caso necessário, o orientador solicitará correções (as quais devem ser elaboradas pelo aluno no prazo indicado em cronograma próprio). Nesse caso, o trabalho será submetido à nova e última análise.

Atenção!

O processo relativo aos projetos e artigos obedecerá à seguinte ordem:

- 1) Elaboração e postagem do projeto em 1ª versão ou versão piloto;
- 2) Elaboração e postagem do projeto definitivo com base na 1ª versão;
- 3) Elaboração e postagem do Artigo em 1ª versão (esta versão é a que será analisada e avaliada pela banca avaliadora e deve ser pertinente com a defesa oral); As notas dos artigos, acrescidas das notas das apresentações orais serão atribuídas com base nesta versão)

4) Realização de ajustes indicados pelas bancas avaliadoras (caso necessário) e postagem da versão definitiva do TCC, não ocorrendo qualquer alteração de notas sob qualquer hipótese com fulcro neste ato.
OBS: todas as etapas são obrigatórias!

Prezad@s Alun@s,

Neste tópico conversaremos um pouco mais sobre o projeto de pesquisa, observe a plataforma Moodle, pois será disponibilizado o modelo do Projeto de Pesquisa. Você o utilizará tanto para a criação da 1ª versão quanto para a versão definitiva. Não se esqueça de fazer uma leitura conjunta com os materiais de metodologia, pois os temas abordados aqui também são objeto daquela disciplina. Fiquem atent@s às datas disponibilizadas no cronograma de atividades do curso para não perder os importantes prazos de postagem das duas fases do projeto e mantenham a comunicação estreita com o Orientador ou Orientadora escolhidos.

Bom trabalho!

Texto

O texto a seguir realiza algumas considerações acerca do Projeto de Pesquisa.

Preciso construir um projeto! E agora?

Clarice Gonçalves Pires Marques

A construção de um projeto de pesquisa engloba questões que vão além do gosto pessoal do pesquisador. Como já foi destacado na disciplina de Metodologia de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos Humanos, o tema deve ter relevância para a ciência, estar voltado a atingir resultados que revertam em benefício à sociedade e em acréscimo ao conhecimento científico. *...[a relevância da pesquisa está na capacidade de fazer avançar o conhecimento científico. (KAHLMEYER-MERTENS, 2007, p.26)*

Além disso, cada programa de pós-graduação possui linhas de pesquisa específicas, as quais já foram mencionadas na disciplina supra. Desse modo, para elaborar o projeto de pesquisa é preciso ter em mente uma idéia, vontade e curiosidade para pesquisar determinado assunto.

Sem contradizer o que foi exposto acima, obviamente a escolha do tema, terá um interesse ou uma afinidade pessoal do pesquisador, sem, no entanto, perder de vista o distanciamento mínimo necessário para poder levar a efeito a pesquisa. Contudo, resta claro que esta afinidade não será o único elemento a ser considerado, posto que, como já foi mencionado, é necessário obedecer às linhas de pesquisa de cada curso e, em alguns casos o Orientador irá sugerir novo tema diante da inviabilidade ou falta de material disponível na comunidade científica para dar respaldo à proposta do pesquisador.

Sim, isto porque em matéria de ciência, tudo deve ser cuidadosamente comprovado de modo que não se “inventa a roda” e sim, se busca, a partir de um conhecimento científico já existente, novas proposições e novos conhecimentos, obedecendo métodos rígidos de investigação e normas técnicas de apresentação, respaldado no que já existe e no que já foi pesquisado e comprovado.

Aliás, é por este motivo que na pesquisa científica o pesquisador se depara com a expressão “referencial teórico” ou “estado da arte”, as quais significam que o pesquisador deve apresentar em seu projeto o que já se discute atualmente sobre o tema, trata-se de uma revisão bibliográfica. O referencial teórico é de grande importância, pois bem demonstrado, dará consistência e validade à proposta de pesquisa.

Uma parte sempre exigida do projeto, e nem sempre compreendida, é a denominada revisão bibliográfica. Esse item não deve ser uma lista pasmaceira de autores e livros que abordaram o tema, mas sim a descrição do estado da arte, ou seja, do conhecimento atual sobre o problema. (BARRAL, 2007, p. 60)

Ainda, sempre importante reforçar que, o projeto de pesquisa é como um roteiro que será seguido pelo pesquisador:

O projeto não é o trabalho monográfico. É tão somente um plano de estudos, instrumento no qual o pesquisador esboça um experimento antes mesmo de pôr em experiência a pesquisa. No projeto é hora de planejar, de traçar o caminho mais eficiente, até o objetivo que se pretende alcançar; mais ainda, de definir que objetivo é este. Assim, o projeto é o instrumento por meio do qual o pesquisador adquire clareza quanto ao que ele quer com sua pesquisa e ao curso que ela pode tomar. Mas não é só isso, lembremos que a redação de um projeto não só está ligada a “planta de um edifício de conhecimento”, mas também às condições de execução dessa obra. (KAHLMAYER-MERTENS, 2007, p.31)

Sendo assim, escolha a linha de pesquisa que mais lhe interessa explorar, defina um tema, procure um referencial teórico para fundamentar o projeto, entre em contato com o professor orientador e discuta sobre a viabilidade e que caminhos podem ser seguidos e faça um excelente trabalho! Mãos à obra!

Bibliografia

BARRAL, Welber Oliveira. Metodologia da Pesquisa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Modelo do Projeto de Pesquisa em EDH:

Acesse a plataforma Moodle e obtenha o modelo do projeto de pesquisa em EDH. O documento possui a estrutura básica necessária para a organização do projeto. Não esqueça, tenha sempre em mãos o material de metodologia e um bom manual de normas técnicas para auxiliá-lo. Mantenha o contato constante com o (a) professor(a) Orientador(a) através do AVA.

Metodologia X Normas Técnicas:

Não se esqueça que metodologia e normas técnicas de formatação são coisas diferentes. O método é o que vai determinar como você vai atingir o objetivo da sua pesquisa e Normas Técnicas de formatação definem a forma em que a sua pesquisa será apresentada para os avaliadores, para estas segue-se as regras da ABNT e da Universidade. Para elucidar melhor o tema, como complemento, sugere-se a leitura das obras abaixo nominadas, as quais podem ser facilmente acessadas no endereço <http://books.google.com.br/bkshp?hl=pt-BR&tab=pp>.

BARRAL, Welber Oliveira. Metodologia da Pesquisa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

FREITAS, Sidnéia G. Manual da qualidade em projetos de comunicação. São Paulo: Pioneira, 2002.

ESPÍRITO SANTO, Alexandre do. Delineamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à Pesquisa: projetos e relatórios. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica para alunos de graduação e pós-graduação. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Tarefas

Nesta etapa as suas principais tarefas serão a elaboração e postagem do projeto de pesquisa em 1ª versão e versão definitiva de acordo com o calendário do Curso. Na página da disciplina você encontrará o espaço destinado para a postagem destas duas atividades. Fique atent@ aos prazos!







Car@s Estudantes,

Chegou nova etapa em nossa caminhada, pois após a análise dos projetos segue-se a etapa de elaboração do artigo. Fiquem atent@s, pois a partir de agora, mas detalhes importantes unem-se às informações já repassadas. Na plataforma Moodle vocês encontrarão o link para o formulário, com o cabeçalho do curso, onde deve ser elaborado o artigo, de maneira que todos sigam um padrão.

Também, no mesmo espaço, estará o modelo da capa a ser atribuída ao TCC quando da entrega da versão definitiva e as instruções para o preenchimento da mesma dentre outros documentos que podem ser necessários. Além disso, observe que o trabalho deve conter entre 15 a 20 páginas. Trabalhos com número de páginas inferior ao limite mínimo não serão avaliados.

Documentos disponíveis na disciplina de TCC:

Acesse a plataforma Moodle e obtenha os modelos dos documentos que serão necessários para a construção do seu trabalho. Alguns são obrigatórios e outros facultativos de acordo com o tipo de pesquisa que será realizada. Basta fazer o download para seu computador. Lá você encontrará:

-  *Temas e linhas de pesquisa*
-  *Capa do TCC*
-  *Modelo de TCC com cabeçalho do Curso*
-  *Carta de apresentação*
-  *Termo de consentimento livre e esclarecido*
-  *Termo de responsabilidade*

Estimad@ Alun@,

Observando os ícones ao lado poderá questionar-se: “mas para que servem estes documentos?”. Bem, vamos por partes...

Temas e linhas de pesquisa – esse documento é seu velho conhecido, pois desde a disciplina de Metodologia estamos dando-lhe ênfase para que você pudesse escolher o tema da sua pesquisa e assim, já ocorreu, mas mantivemos para que pudesse consultá-lo novamente e sempre que quiser.

Capa do TCC – esta capa será atribuída ao trabalho quando da entrega definitiva nas versões impressas, pois ao final do curso, uma ficará na biblioteca do pólo, outra na biblioteca central da Universidade. Ainda será solicitada uma versão digital em CD, totalizando três entregas de material físico. Na postagem via plataforma não será necessária a capa.

Modelo de TCC com cabeçalho do Curso - trata-se apenas de uma folha padrão em que deverá ser desenvolvido o artigo e o modelo da disposição do título e nome do autor do artigo.

Carta de apresentação – alguns tipos de pesquisa exigem a coleta de dados junto a órgãos públicos, bem como junto a uma determinada amostra composta por pessoas, por isso, caso a sua pesquisa seja deste tipo você precisará identificar-se adequadamente como pesquisador, o que fará através deste documento.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – consiste em um termo onde deverá conter a identificação do curso, nome do orientador e do pesquisador, contato, projeto de pesquisa, finalidade, dentre outros dados importantes e que deve ser assinado por integrantes da amostra, pessoas junto às quais você colete dados através de questionários e entrevistas. Uma via deve ser disponibilizada para o participante.

Termo de Responsabilidade – trata-se de um termo a ser assinado pelo pesquisador (você), responsabilizando-se inteiramente pela utilização de textos de outros autores de forma inadequada, sem a referência devida, ou seja, caso ocorra plágio a responsabilidade será sua, posto que estará ciente das normas e passará por orientação. Deverá ser entregue à banca de avaliação do dia da defesa.

Estimados Cursistas,

Estamos concluindo mais uma etapa do nosso curso. Agora que você já pesquisou o tema escolhido para o seu artigo, seguiu o seu projeto, elaborou seu texto científico, é chegada a hora de postar o seu TCC em 1ª versão, de acordo com os calendários do curso. A partir de agora os trabalhos serão encaminhados para as bancas de avaliação a fim de que sejam lidos pelos examinadores sendo que, posteriormente será realizada a defesa oral nas datas e horários definidos pela Coordenação, nos pólos presenciais.

Agora, você deve se preparar para a defesa oral do seu TCC. Sugerimos que entrem em contato com @s tutor@s presenciais a fim de formar grupos de estudo onde vocês possam apresentar seus trabalhos uns aos outros. A apresentação será composta de dois momentos: em um primeiro momento @ alun@ fará a defesa do trabalho em tempo máximo de 15 min.; no segundo momento haverá 10 min. para as argüições da banca e resposta d@ alun@.

Será permitido o uso de equipamento multimídia para auxiliar e ilustrar a apresentação. As bancas serão compostas por dois avaliadores e um presidente que conduzirá os trabalhos. A sessão de defesa é pública e a aprovação ou reprovação referente ao trabalho escrito e apresentação oral serão divulgadas imediatamente após a defesa.

Bom trabalho!

Tarefas

Nesta etapa você realizará postagem do TCC em 1ª versão de acordo com o calendário do Curso. Na página da disciplina você encontrará o espaço destinado para a postagem desta atividade. Fique atent@ aos prazos!

Texto

O texto a seguir destaca algumas dicas para a defesa oral do TCC.

*o dia D é hoje
de hoje não vai passar
mandei o meu juízo
descansar, descansar
relógio e compromisso
esperar, esperar
não vou pedir licença
vou gritar, vou gritar
e o teu cabelo liso eu quero enrolar
e aquela calça escura eu quero desbotar
e o velho ar-condicionado eu quero ver queimar
o dia D é hoje*

*de hoje não vai passar
vou apertar o passo
vou prá lá, vou prá lá
não vou mandar aviso
vou chegar, vou chegar
não vou bater na porta
vou entrar, vou entrar*

(O Dia D É Hoje - Acústicos & Valvulados)

Defesa Oral: Como vou apresentar meu artigo?

Clarice Gonçalves Pires Marques

A defesa oral do trabalho de conclusão de curso, por vezes, é fator de grande ansiedade entre os alunos. É o grande dia “D”, como nos fala a canção acima, as emoções são contraditórias e as perguntas mais freqüentes redundam em: “e se der branco?”, “e se me esquecer de um detalhe importante?”, “como posso construir um material de apoio?”, além de muitas outras dúvidas. O fato é que expor-se para uma apresentação é motivo de dores de cabeça para muita gente. Não há fórmulas mágicas para uma boa oratória, mas algumas dicas são muito válidas como:

- a) manter-se calmo e equilibrado;
- b) estudar bastante para ter domínio do tema e do trabalho realizado;
- c) treinar a apresentação com colegas e familiares;
- d) produzir um bom material de apoio.

Assim, esmiuçaremos estas dicas ponto a ponto a seguir e você perceberá que não há formulas, mas também não há mistério, somente dedicação e estudo podem auxiliá-lo nesta missão, posto que muitas vezes até mesmo pessoas de personalidade extrovertida enfrentam dificuldades de expor-se em um momento de avaliação.

Tranquilidade é um fator muito importante para quem realiza uma exposição oral, pois permite que o aluno consiga calmamente recordar de todos os passos de seu trabalho possibilitando que explique pausadamente e de forma concatenada o que foi feito e os resultados obtidos. Procure ter uma boa noite de sono antes da sua apresentação.

Agregado a isso, outro ponto é o domínio do tema e do trabalho realizado. Tenha a certeza que ninguém sabe mais sobre o seu trabalho do que você, pois foi quem o construiu passo a passo. Desse modo, estudar bastante o TCC antes da apresentação auxilia o aluno com a segurança na hora da defesa.

De posse de tranquilidade e domínio do trabalho, uma “boa pedida” é literalmente treinar para a sua apresentação. Apresentando o trabalho para colegas ou familiares você pode testar melhores maneiras de expor, bem como adequar-se ao tempo disponibilizado para a defesa. A melhor maneira de saber se o artigo ficou bom é apresentar para uma pessoa leiga no assunto, se ela entender o que você está falando, mesmo desconhecendo o tema, significará que a defesa está clara e objetiva.

Por fim, a elaboração de um bom material de apoio pode servir-lhe de auxílio a fim de que não esqueça a ordem de apresentação. Contudo, há que se ter cuidado ao utilizar o recurso multimídia com o PowerPoint, pois os “slides” ou “lâminas”, como coloquialmente se denomina, podem ser aliados ou um verdadeiro “tiro no pé”.

Procure utilizar os “slides” de forma modesta, ou seja, evite quadros com muitas informações, coloque apenas tópicos a serem abordados. Não se esqueça de colocar no primeiro “slide” o nome da Universidade e Curso, título do trabalho, nome do autor (seu nome), nome do orientador e ano. Ao final da apresentação coloque as referências que você utilizou. Cuidado com a utilização de imagens, você pode valer-se deste recurso, mas evite a poluição visual.

Uma dica muito importante é: nunca coloque o trabalho propriamente dito nos “slides” e jamais faça uma apresentação lendo os slides, pois essa conduta transmite a péssima impressão aos avaliadores de que você não domina absolutamente nada sobre o assunto que escolheu.

Ainda, outras dicas são: cuidado com a postura na defesa, apresente o trabalho para a banca e também para os demais presentes, procure evitar os vícios de linguagem como “né” e “tá”, leve uma garrafinha de água para se tranquilizar nos momentos mais tensos. Dedique-se, estude e fará uma excelente defesa.

Bibliografia

BARRAL, Welber Oliveira. Metodologia da Pesquisa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

Careos cursistas,

Esta é a etapa final do nosso curso. Discutiremos acerca da importância da entrega da versão definitiva do TCC. Fique alerta para o prazo de postagem do TCCs, eis que já avaliados pelas bancas presencialmente e corrigidos. Não se esqueçam de incluir todas as observações dos avaliadores e façam uma revisão minuciosa antes da postagem. Também deverão ser entregues duas vias impressas e uma versão digital em CD para @s tutor@s presenciais.

*Bom trabalho a tod@s!!
A Coordenação.*

Tarefas

Acesse a plataforma Moodle para receber o feedback dos examinadores, caso necessário, realize as modificações indicadas, utilize o espaço destinado à postagem da versão definitiva do artigo para a entrega do trabalho. Fique atent@ aos prazos e não se esqueça de entregar as vias impressas e em CD para @s tutor@s presenciais!

Texto

O texto a seguir destaca a importância da entrega definitiva do Artigo de Conclusão de Curso.

A importância da postagem do TCC definitivo

Clarice Gonçalves Pires Marques

Qual a importância da postagem do TCC definitivo? Afinal de contas você já postou a primeira versão, já realizou a defesa oral e já sabe se foi aprovado ou não. Qual a função guardada pela entrega de mais uma via virtual, duas impressas e uma em mídia (CD)?

Bem, cada resposta a seu tempo. A entrega do artigo em versão definitiva, como a própria denominação esclarece, é definitiva. A relevância de realizar as modificações indicadas pelas bancas avaliadoras consiste em deixar o trabalho em perfeitas condições de publicação.

Nesse sentido, a entrega que ora se discute, é fundamental para a conclusão do curso, trata-se de uma etapa a ser cumprida. As vias impressas farão parte dos acervos das Bibliotecas da Universidade, pois o seu artigo será consultado por outros pesquisadores que citarão a sua obra nos trabalhos deles.

A produção do conhecimento é assim, o pesquisador o produz para que acresça à ciência e reverta em benefício da sociedade, para que seja compartilhado por outros pesquisadores servindo de referencial teórico para novas produções. Não há sentido em produzir conhecimento científico para guardar em uma gaveta.

Compreenda assim a sua importância e seu lugar na sociedade enquanto pesquisador, Especialista em Educação em Direitos Humanos, pois seu trabalho agora será fonte de pesquisa e terá a missão de auxiliar na construção de ciência e modificação de paradigmas, portanto, a sua responsabilidade e comprometimento são tão indispensáveis.

Trabalhos como o seu são base para muitas ações práticas e projetos de Educação em Direitos Humanos, e adivinhe, agora também é protegido pela Lei de Direitos Autorais. Então estimado aluno, mãos a obra, realize os ajustes indicados e faça parte você também da história da Universidade Federal do Rio Grande.

Bibliografia

ESPÍRITO SANTO, Alexandre do. Delineamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à Pesquisa: projetos e relatórios. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.



*Olha a luz que brilha de manhã
Saiba quanto tempo estive aqui
Esperando pra te ver sorrir
Pra poder seguir
Lembre que hoje vai ter pôr do Sol
Esqueça o que falei sobre sair
Corra muito além da escuridão
E corra, corra!
Não desista de quem desistiu
Do amor que move tudo aqui
Jogue bola, cante uma canção
Aperte a minha mão
Quebre o pé, descubra um ideal
Saiba que é preciso amar você
Não esqueça que estarei aqui
E corra, corra!
Azul, vermelho
Pelo espelho
A vida vai passar
E o tempo está no pensamento*

(O amanhã colorido – Cidadão Quem)

Sobre os autores

Ana Carolina de Oliveira Salgueiro de Moura

Mestre em Educação Ambiental. Doutoranda em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Antônio Maurício Medeiros Alves

Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Berenice Vahl Vaniel

Professora da Educação Básica, Coordenadora de Tutoria e Professora da Curso de Especialização Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação (TIC-Edu) da FURG. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação a Distância. Doutora em Educação em Ciências. Mestre em Educação Ambiental. Licenciada em Ciências, Habilitação em Física pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Carlos Alexandre Michaello Marques

Professor do curso de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos (PGEDH/FADIR-FURG) e professor colaborador e Pesquisador do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade – GTJUS (CNPq) da Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestrando em Direito pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Advogado. Especialista em Gestão Ambiental em Municípios pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela UNIDERP.

Carlos Andre Hüning Biemfeld

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande (FADIR/FURG/RS). Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

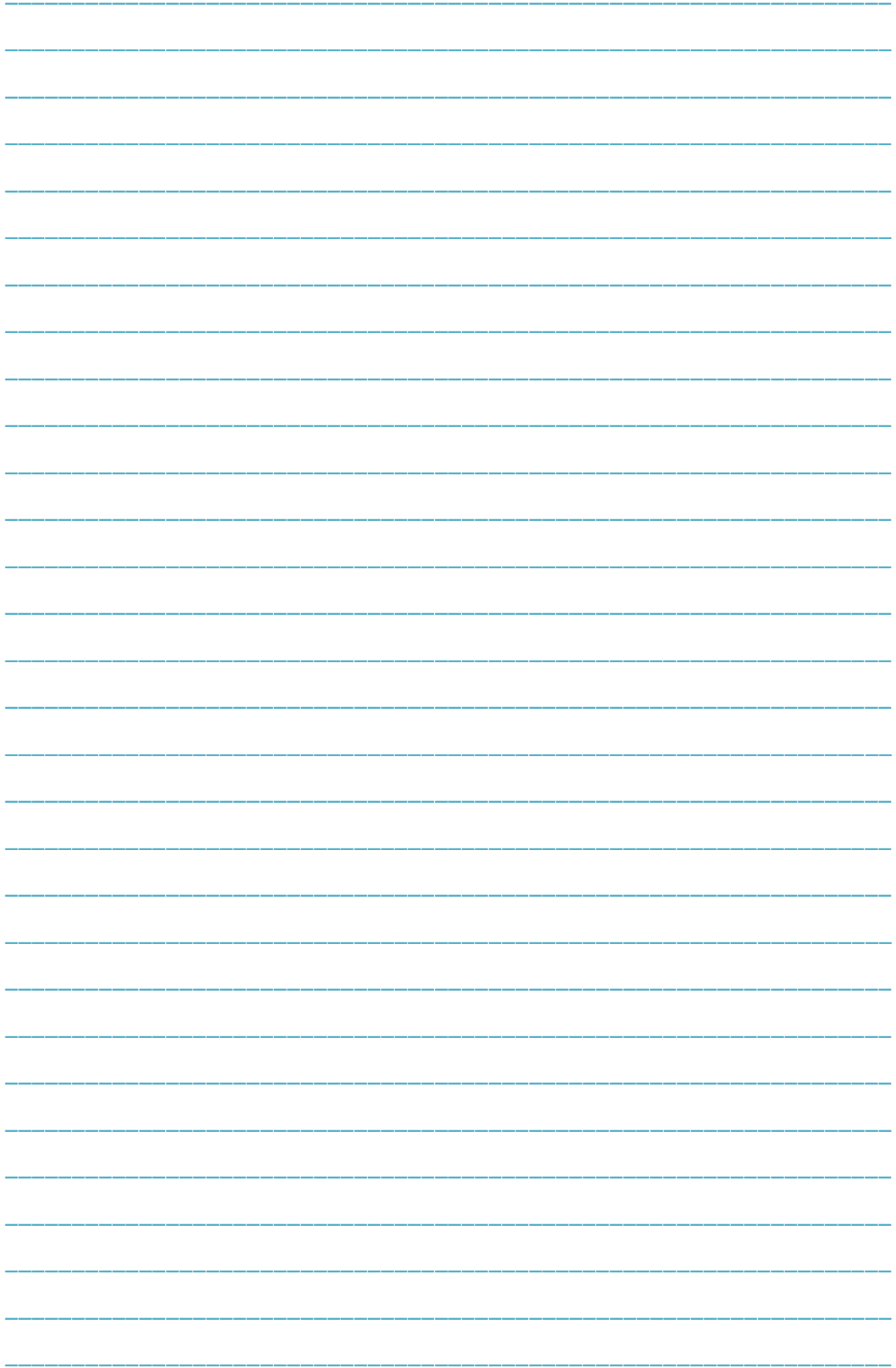
Clarice Gonçalves Pires Marques

Coordenadora de Tutoria do Curso de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos (PGEDH/FADIR-FURG). Mestranda em Educação, na linha de pesquisa Cultura, Linguagens e Utopias, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Advogada. Especialista em Gestão Ambiental em Municípios pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Especialista em Direito Tributário pela Rede Luiz Flávio Gomes – LFG / Universidade Anhanguera (UNIDERP). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos (NUPEDH/FADIR-FURG) e do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade – GTJUS (CNPq) da Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

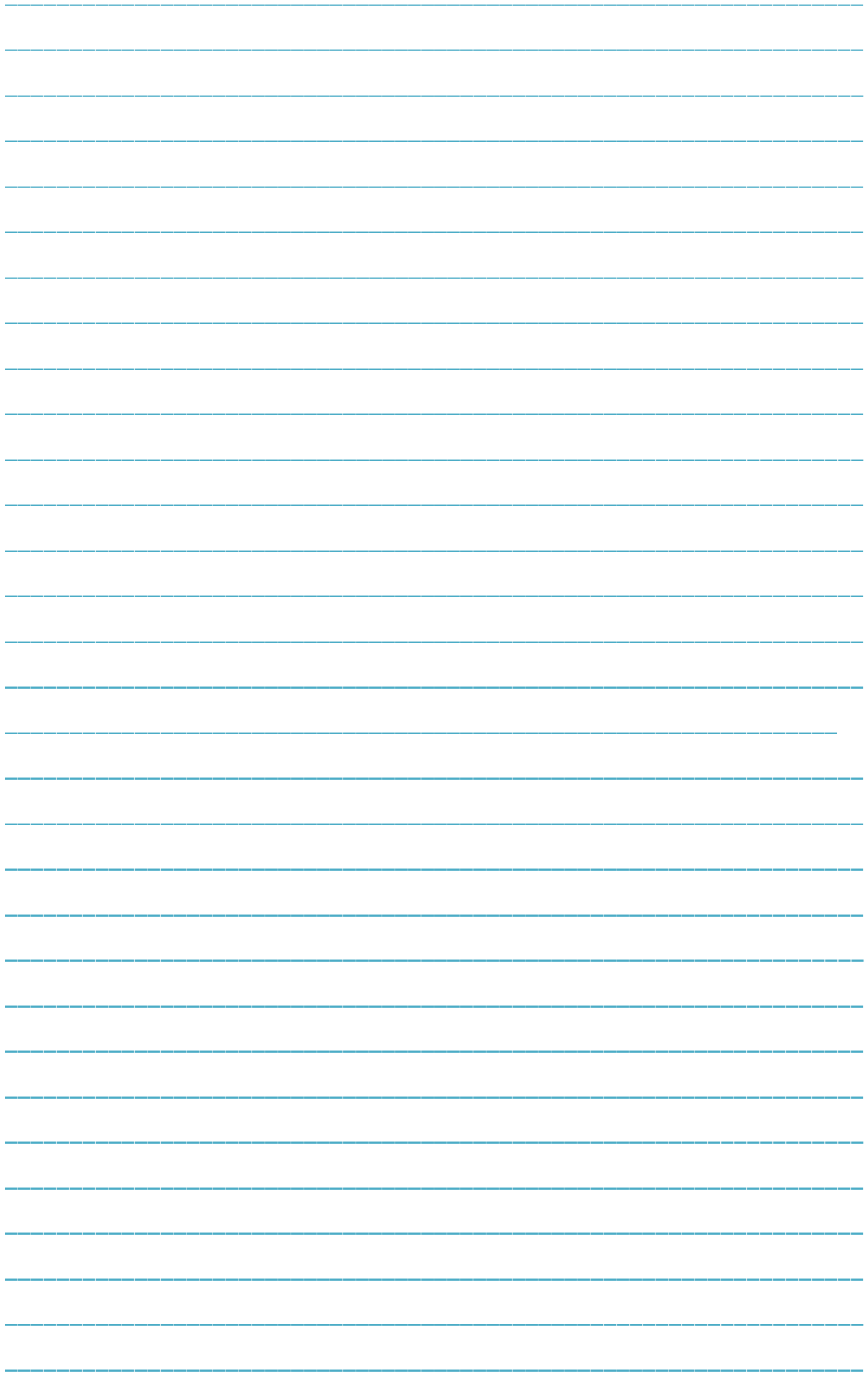
Irene Almeida Dursois

Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e
Mestre em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

A series of 30 horizontal blue dashed lines for writing.



A series of horizontal blue dashed lines for writing, consisting of 28 lines.



A series of 30 horizontal blue dashed lines for writing.

Date _____



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS